

## DO CASTELO DA RECONQUISTA AO CASTELO ROMÂNICO

(Séc. IX a XII)

Mário Jorge Barroca \*

O castelo é uma das mais significativas inovações que a Idade Média introduziu na paisagem portuguesa. Se é certo que desde tempos muitos remotos as populações sentiram necessidade de erguerem estruturas defensivas, a forma que essas estruturas assumiram foi, até ao início do processo da Reconquista Cristã, a da fortificação dos povoados. Apenas com o advento da Reconquista Cristã assistimos ao aparecimento de uma nova estrutura arquitectónica, exclusivamente militar, concebida para albergar não um povoado mas antes uma pequena guarnição de soldados encarregados de velarem pela segurança de um território. Esta nova concepção de defesa, que já não assenta na defesa do local de habitat mas antes na presença de forças militares encarregadas de velarem por um território, traduz, no fundo, uma mudança do tipo de habitat, com uma decisiva dispersão pelos vales agrícolas, que se começa a desenhar com a *adsignatio* do *ager* implementada com os Flávios e se consuma nas centúrias seguintes (1). A definição do habitat tal como o conhecemos em zonas como o Entre-Douro-e-Minho começou a desenhar-se então, tendo o processo sido apenas concluído nos séculos XI-XII. A partir do momento em que o povoamento se dispersa, a presença de amuralhamentos apenas podia garantir a segurança de uma parte do território e das populações. Por isso, a Idade Média sentiu necessidade não só de erguer muralhas para defesa dos principais aglomerados populacionais, mas também de criar uma importante rede de castelos, sob a qual se apoiava o sistema defensivo do território. A novidade desta nova estrutura militar deve ser bem sublinhada pois o castelo é, de todas as construções medievais, aquela cuja análise se torna mais fecunda para a compreensão de um território. De resto, ainda hoje o castelo constitui, no nosso imaginário, um dos mais poderosos símbolos da Idade Média.

\* Do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Bolseiro do INIC. Trabalho distinguido, ex aequo, com o Prémio «Defesa Nacional 1990».

## ABREVIATURAS UTILIZADAS PARA AS REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS:

APV — «Annales Portugalenses Veteres», in *Anais, Crónicas Breves e Memórias Avulsas*, ed. António Cruz. Porto 1968.

DPM, DR — *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios. A.D. 1095-1185*, ed. de Rui Pinto de Azevedo. Lisboa 1958-1962.

DS — *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra 1979.

LF — *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, ed. Avelino de Jesus da Costa, 2 vols. Braga 1965 e 1978.

LP — *Livro Preto da Sé de Coimbra*, ed. de Leontina Ventura, M. Teresa Veloso e Avelino de Jesus da Costa, 3 vols. Coimbra 1977-1978-1979.

PMH, DC — *Portugaliae Monumenta Historica ... Diplomata et Chartae*. Lisboa 1867 e ss.

PMH, Inq. — *Portugaliae Monumenta Historica ... Inquisitiones*. Lisboa 1888 e ss.

PMH, Leges — *Portugaliae Monumenta Historica ... Leges et Consuetudines*. Lisboa 1856 e ss.

PMH, Scrip. — *Portugaliae Monumenta Historica ... Scriptores*. Lisboa 1856 e ss.

VMH — *Vimaranis Monumenta Historica ...*, Guimarães 1929-1931.

(1) Cf. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Cultura Castreja. Evolução e Problemática, *Arqueologia* 8, 1983, 74; idem, O Castrejo sob o Domínio Romano: a sua transformação, *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*. Santiago de Compostela 1983, 193; idem, Arte Castreja. A sua lição para os fenómenos de assimilação e resistência à romanidade, *Arqueologia* 13 1986, 169.

## 1 — ANTECEDENTES

As populações que habitaram o espaço português conheceram, desde tempos muito remotos, a necessidade de se munirem de estruturas defensivas. O desenvolvimento da metalurgia pode ser apontado como o primeiro momento onde essas necessidades se tornaram sensíveis. A exploração metalífera convidou à acumulação de riqueza nos povoados e, concomitantemente, ao desenvolvimento dos sentimentos de cobiça. As necessidades de defesa fizeram-se sentir em diversos níveis, de que recordaremos aqui apenas três deles: nos planos social, material e arquitectónico. No plano social o advento das desigualdades sociais, que se começam a desenhar por esta altura, e das rivalidades entre povoados e povos, conduziu à inevitável formação de hierarquias guerreiras. Ao nível da civilização material assistimos, pela primeira vez na História da Humanidade, ao desenvolvimento de armamento de tipo militar e não apenas cinegético. Se até então todos os tipos de armas eram primordialmente destinados à caça, a partir do Calcolítico começamos a assistir a uma inflexão que é sensível precisamente nas peças concebidas nas novas matérias-primas. E se os punhais, que aparecem por essa época, podem ser algo ambíguos quanto a este aspecto, já as espadas, que surgem a partir do Bronze Antigo, não deixam dúvidas quanto ao seu cariz essencialmente militar. A forma insistente como essas armas militares surgem iconografadas na Arte Rupestre não pode deixar de ser um sintoma da inovação e da sua importância enquanto elementos definidores de uma nova ordem social. No plano arquitectónico e urbano o florescimento dos primeiros povoados fortificados, que entre nós encontra magnífica expressão em V. N. de S. Pedro, constitui o corolário deste processo. As necessidades de defesa passaram a moldar o urbanismo dos povoados, definindo-os como espaços fechados e comprimidos, onde o colectivo se unia para garantir a manutenção da segurança. A oposição entre habitat e espaços envolventes, não votados à presença de estruturas residenciais, tornou-se, a partir de então, clara e bem delimitada. A fronteira passou a ser também material.

Com o advento da Idade do Ferro e o florescimento dos Castros no Noroeste Peninsular, assistimos a um dos momentos áureos e de maior personalidade do habitat fortificado, onde a estrutura peculiar dos seus povoados constitui uma das melhores formas de definir essa cultura (?). A pacificação imposta pelo Império talvez tenha reduzido a importância militar dos sistemas de amuralhamento mas certamente não conseguiu diminuir o seu poder simbólico. Com a reforma dos Flávios começam a escassear as inscrições com referência a *castella*, os povoados fortificados, não porque os amuralhamentos tenham sido abandonados ou destruídos mas, como sugeriu Jorge Alarcão, porque «caiu em desuso a prática de se indicar como *origo* o povoado onde alguém era natural, para se mencionar a *civitas* onde esse povoado se integrava administrativamente» (?). No entanto, a pacificação da sociedade traduziu-se numa desmilitarização crescente do habitat. Os novos povoados romanos, de planície, são erguidos sem que a fronteira que os delimita e opõe ao campo seja definida de forma material. O limite passa a ser simbólico. As *urbs* não se erguem comprimidas entre muros espessos embora o termo do espaço urbano seja claro para as populações de então. O habitat rural, dominado cada vez mais pelas *villae*, não apresenta estruturas de fortificação, como acontecia nos primeiros exemplos de *villae* alentejanas, dos meados do século I a. C. aos inícios da nossa Era (Castelo da Lousa, em Mourão; Castelo de Manuel Galo, em Mértola) (\*). A própria dispersão do habitat pelo *ager*, que como vimos se consuma com os Flávios, traduz um sentimento generalizado de segurança.

Mas com os finais do século III e inícios da centúria seguinte assistimos a um novo movimento de construção de estruturas defensivas para garantir a segurança dos povoados e *urbs*. O exemplo clássico português é o de Conimbriga, onde o sentimento de insegurança e a necessidade urgente de defesa levou a que se sacrificassem áreas significativas do povoado para se erguer a sua muralha. Algumas *villae* urbanas foram destruídas para sobre elas se apoiarem as muralhas. Fora do seu perímetro ficaram diversas estruturas, entre as quais se contam algumas luxuosas *villae* e o próprio Anfiteatro.

Com a invasão de 409 e o processo de sedentarização de Suevos e Alanos no Noroeste Peninsular (411), as questões relacionadas com a segurança voltaram a agudizar-se e as necessidades de defesa assumiram-se, de novo, como primordiais. Uma vez mais, a solução utilizada foi a fortificação dos povoados. A Crónica de Idácio, precioso testemunho para a caracterização desses conturbados tempos, refere vários povoados fortificados designando-os como *civitates*, *castella* e *castri*, traduzindo sem dúvida, uma hierarquização de importância e funções. É interessante registar, no entanto, que se as duas primeiras

(2) Para além da bibliografia citada na nota precedente, veja-se ainda Ana Romero Masía, *El Habitat Castreño*. Santiago de Compostela 1976, e Armando Coelho Ferreira da Silva, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira 1986, 17-65.

(3) Jorge Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa 1988, 82.

(4) Jorge Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa 1988, 108-111.

designações não oferecem novidade o mesmo não acontece com a terceira, uma classificação que os romanos reservavam para os acampamentos militares e que surge, agora pela primeira vez, associada a povoados fortificados. Por esta altura assistimos à reocupação de antigos povoados de altitude e à reforma das estruturas defensivas de outros povoados que nunca haviam sido totalmente abandonados. As áreas abrangidas pelas novas estruturas defensivas são mais reduzidas, facto que não traduz necessariamente uma mudança de conceito de defesa mas talvez, tão somente, uma nova realidade demográfica. Efectivamente, nenhum elemento garante que estejamos perante castelos, na acepção medieval do termo. A importância das estruturas defensivas dos povoados, que continuou a ser sublinhada pelas rivalidades que se mantiveram entre as populações autóctones e os Suevos, foi em parte esbatida a partir de 585, quando se verifica a unificação do espaço peninsular sob a coroa visigótica. O esforço de desmilitarização da paisagem desenvolvido pela monarquia visigótica é, de resto, um dos factores que ajuda a explicar a rápida progressão das forças muçulmanas a partir de 711.

## 2 — ORIGENS

A origem do castelo, na acepção restrita do termo, enquanto estrutura muralhada definindo pequeno espaço onde se concentra uma guarnição de soldados, deve procurar-se nos primórdios do processo da Reconquista Cristã, encetado por D. Afonso I das Astúrias a partir dos meados do século VIII. No entanto, no estado actual dos nossos conhecimentos, é ainda difícil localizar com precisão no tempo o aparecimento destas novas estruturas. Sabemos que o Entre-Douro-e-Minho possuía, nos finais do século X e no século XI, uma rede bastante densa de castelos, na sua maioria fruto da iniciativa das populações locais. As referências documentais a essas estruturas defensivas começam a multiplicar-se ao longo do século X e encontram a sua máxima expressão na centúria seguinte. O incastelamento dos séculos X e XI, que se espelha nos diplomas da época, deve ser o resultado do labor construtivo das derradeiras centúrias<sup>(\*)</sup>. E, se se revela difícil caracterizar o momento em que surgem as primeiras estruturas castelares no Norte de Portugal, não menos dificuldades encontra o investigador no que diz respeito à sua forma material. A larguíssima maioria dos castelos resultantes deste primeiro incastelamento encontra-se hoje reduzido a ténues vestígios, facultando poucos elementos sobre a sua estrutura física original. A impressão geral com que se fica da análise de vários desses castelos é a de que deveriam ser estruturas muito rudimentares, com muros incipientes, aproveitando sempre que possível as facilidades concedidas pela morfologia do terreno para a defesa e onde desaterros artificiais acentuavam as diferenças de cota. Implantadas em locais elevados, privilegiando o campo de visão, as suas muralhas aproveitavam a presença de batólitos graníticos para se apoiarem, diminuindo assim o esforço de construção. Os seus espaços deviam ser reduzidos por forma a facilitar a defesa desse reduto e a minorizar os custos de construção. Mas poucos elementos podemos recolher sobre essas estruturas defensivas, nomeadamente quanto aos materiais utilizados na definição das suas linhas de muralha. Estes castelos roqueiros desconheciam a Torre de Menagem, uma inovação que apenas seria introduzida com o castelo românico a partir dos meados do século XII, e deviam ignorar igualmente os cubelos, fruto de uma engenharia militar mais desenvolvida e especializada. A mancha geográfica abrangida por este tipo de estruturas castelares estende-se por todo o Noroeste de Portugal até às margens do rio Douro, que até aos meados do século XI constituiu um espaço de fronteira fundamental, estendendo-se por algumas zonas a Sul do curso deste rio. Os castelos roqueiros dos primórdios da Reconquista foram a resposta encontrada pelas populações locais face às razias muçulmanas e incursões normandas. O seu estudo oferece grandes dificuldades, nomeadamente pela quase total destruição dos vestígios remanescentes, na maior parte dos casos reduzidos a testemunhos de desaterros, alguns entalhes nos afloramentos e à ocorrência de cerâmica medieval. A toponímia pode fornecer bons indícios para a sua implantação, mas muito se tem ainda a esperar da Arqueologia Medieval para o conhecimento destes castelos.

## 3 — A REORGANIZAÇÃO DE AFONSO III: AS *CIVITATES*. OS CASTELOS DE D. FLAMULA

A segunda metade do séc. IX ficou marcada por um novo dinamismo da Reconquista, correspondendo ao governo de Afonso III das Astúrias (866-909). Entre nós, esta nova fase inaugura-se em

(\*) Um primeiro levantamento das estruturas castelares de Entre-Douro-e-Minho e sua valorização histórica e arqueológica foi realizado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*. Diss. Complementar de Doutoramento, Porto 1978, 24 e ss.

868 com a presúria do Porto pelo conde Vímara Peres <sup>(6)</sup> acompanhada, sensivelmente pela mesma altura, pela presúria de Chaves pelo conde D. Odoário (872) <sup>(7)</sup>. O controlo destes dois pontos afigurou-se fundamental para a evolução do processo da Reconquista no Noroeste de Portugal.

A presúria do Porto, junto da foz do rio Douro, permitiu às forças cristãs consolidar a Reconquista de toda a zona litoral. Dirigindo-se para Norte, presuriam Braga e todo o coração do Entre-Douro-e-Minho, nomeadamente a actual zona de Braga-Guimarães, um eixo de vital importância económica e demográfica.

Mais obscura se afigura a presúria dos territórios de Trás-os-Montes ocidental, onde a reconquista de Chaves pelo conde Odoário foi fundamental, garantindo o controlo pelas forças cristãs de um eixo de circulação vital — a bacia tectónica Régua/Verin — que permitia o acesso até junto do Douro. Pouco depois da presúria do Porto e de Chaves, o conde D. Hermenegildo tomou pela primeira vez, em 878, a cidade de Coimbra <sup>(8)</sup>, colocando por algum tempo a linha de fronteira junto do rio Mondego. A decisiva progressão das forças cristãs para Sul permitiu que, em 914, a coroa asturiana se transferisse de Oviedo, agora demasiado arredada do coração do território cristão, para a cidade de León, cuja implantação respondia melhor aos novos condicionalismos geográficos do reino.

O incremento que Afonso III conseguiu imprimir ao processo da Reconquista Cristã, levando a linha de fronteira a avançar definitivamente até às margens do rio Douro, foi acompanhado de perto por uma importante reorganização militar e administrativa. A partir da viragem do 3.º para o 4.º quartel do século IX os documentos começam a referir-se aos *territoria* e a algumas *civitates*. É a partir de então que começam a surgir nos documentos medievais as referências aos três grandes *territoria*: o de Braga <sup>(9)</sup>, o de Portucale <sup>(10)</sup> e o de Coimbra <sup>(11)</sup>. Estes *territoria* eram grandes unidades geográficas onde se verifica uma coincidência entre as vertentes administrativa, religiosa e militar, apoiando-se em grande parte na divisão diocesana (Braga, Porto e Coimbra) e corporizando-se cada um na mais importante urbe do seu âmbito geográfico, as cidades episcopais. A sua vastidão geográfica impunha a existência de múltiplos castelos no seu espaço. Paralelamente, surgem referências a duas *civitates*, a de *Anegia* <sup>(12)</sup> e a de *Santa Maria* <sup>(13)</sup>, grandes unidades territoriais onde um castelo presidia aos destinos militares, e que têm paralelo nas *commissiones* asturianas e galegas. Ao contrário dos *territoria*, as *civitates* não possuíam correspondência com a divisão eclesiástica, obedecendo a critérios essencialmente militares. De resto, a existência das *civitates* não implicava que uma determinada área geográfica não se incluisse simultaneamente dentro de um *territorium*, como se pode facilmente verificar através das referidas *civitates* de *Anegia* e *Santa Maria*, ambas do *territorium* de Portucale. Assinale-se, por outro lado, que as *civitates* eram, muitas vezes, também elas designadas nos documentos medievais como *territorium*. Em situação idêntica à de *Anegia* e de *Santa Maria*, talvez com importância menor, devem poder ser colocadas as referências aos territórios de *Arauz* <sup>(14)</sup> e de *Geronzo* <sup>(15)</sup>.

A personalização dos destinos militares de um território, concentrados agora num castelo governado por um nobre, não terá vindo anular o papel das fortalezas de iniciativa local mas antes dar um novo enquadramento, sobretudo para as zonas de fronteira, mais sensíveis. É neste contexto que devem ser interpretadas as criações das *civitates* de *Anegia* e *Santa Maria* que, junto do curso do Douro, abrangendo ambas as margens, melhoravam a eficácia do sistema defensivo cristão, conferindo-lhe novo enquadramento. Com a criação das *civitates* de *Anegia* e *Santa Maria* a coroa asturiana garantia a defesa da margem Norte e Sul do curso terminal do Douro, desde a zona de Baião até à Foz.

<sup>(6)</sup> PMH, Scrip., p. 20: «*Era DCCCCVI Prenditus est Portucale ad Vimarani Petri*».

<sup>(7)</sup> Doação de Odoino ao mosteiro de Celanova, de 1 de Outubro de 982: «... *data est terra ad populandum illustrissimo viro domno Odoario digno bellatori, in Era DCCCCX, a principe serenissimo domno Adefonso; qui venit in civitate Flavias, secus fluvium Tamice, vicis et castella erexit, et civitates munivit, et villas populavit, atque eas certis limitibus firmavit, et terminis certis locavit, et inter utrosque habitantes divisit, et omnia ordinate atque firmate bene cuncta disposuit*» (citado, entre outros, por Lucien Barrau-Dihigo, *Historia Política del Reino Asturiano (718-910)*. Gijón 1989, 172, e Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, 2. Lisboa, 2.ª ed., 1939, 88).

<sup>(8)</sup> PMH, Scrip., p. 20: «*Era DCCCCXVI prendita est Conimbria ad Ermegildo Comite*».

<sup>(9)</sup> Desde 870 (PMH DC 5).

<sup>(10)</sup> Desde 907 (PMH DC 14).

<sup>(11)</sup> Desde 883 (PMH DC 11).

<sup>(12)</sup> Desde 875 (PMH DC 8).

<sup>(13)</sup> Desde 977 (PMH DC 120).

<sup>(14)</sup> Desde 943 (PMH DC 52).

<sup>(15)</sup> Desde 946 (PMH DC 56).

A implantação da *civitas* de Anegia, como demonstrou Carlos A. Ferreira de Almeida <sup>(16)</sup>, permitia o controlo de uma importante parte do curso do Douro e vigiava a foz do Tâmega. A *civitas* de Anegia é, de entre os territórios da época, aquele que melhor se encontra ilustrado nos documentos medievais <sup>(17)</sup>, o que possibilita um bom conhecimento do seu âmbito geográfico. A cartografia do seu território, ensaiada por Paulo Merêa e Amorim Girão <sup>(18)</sup>, por Torquato de Sousa Soares <sup>(19)</sup> ou, mais recentemente, por Carlos Alberto Ferreira de Almeida <sup>(20)</sup>, comprova a extensão desta unidade territorial ao longo de ambas as margens do Douro, limitada a Ocidente pelos cursos dos rios Ferreira (na margem Norte) e Alarda (na margem Sul) e estendendo-se para Leste do Tâmega (a Norte) e do Paiva (a Sul). A sua defesa apoiava-se em vários castelos roqueiros sendo presidida pela *civitas* de Anegia, que se implantava no alto da Cividade (Eja, Entre-os-Rios) <sup>(21)</sup>. Dela poucos vestígios sobrevivem. O morro da Cividade, onde hoje se ergue a capela da Senhora da Cividade, é um pequeno esporão onde se notam vestígios de aterros artificiais e onde se pode recolher cerâmica medieval arcaica, coeva dos primórdios da Reconquista. No entanto, não são visíveis estruturas à superfície e a presença de aterros modernos, criados para ampliar o adro da capela, dificultam a interpretação do seu sistema defensivo.

A *civitas* de Santa Maria <sup>(22)</sup>, que aparece na documentação numa fase mais avançada, deve ter sido estruturada após a recuperação de Coimbra e de boa parte dos territórios de Entre-Vouga-e-Mondego pelas forças muçulmanas. Implantada no castelo de Santa Maria da Feira, o seu aparecimento deve ser articulado com a nova função de terra de fronteira que essa área assume, a partir de então, para as forças cristãs. Da estrutura castelar que aqui se ergueu restam alguns vestígios que conseguiram sobreviver às profundas reformas posteriores que deram origem ao actual castelo da Feira. A. Nogueira Gonçalves e Carlos Alberto Ferreira de Almeida foram os primeiros autores a valorizar os traços que ainda subsistem da primitiva configuração da porta principal da Alcáçova, em arco ultrapassado, hoje adulterada por um alargamento tardio que lhe modificou a sua silhueta moçárabe (Est. 1.1) <sup>(23)</sup>. No entanto, e mau grado essa intervenção, o perfil das suas aduelas e das impostas é suficientemente elucidativo. A configuração original desta porta, em arco ultrapassado, é cronologicamente compatível com as primeiras referências documentais à *civitas* de Santa Maria, podendo ser atribuída ao último quartel do séc. X ou inícios da centúria seguinte. Os testemunhos da fase antiga no castelo da Feira alargam-se a outras zonas dos muros da Alcáçova, junto dos seus alicerces, percorrendo-a na sua quase totalidade e garantindo que a actual forma confere, grosso modo, com a primitiva planta. O aparelho de construção apresenta vários silhares almofadados e pode ser classificado de não-isódomo. Algumas pedras ostentam os característicos entalhes rectangulares para articulação com os silhares vizinhos e pequenos espaços foram colmatados com reduzidas pedras quadrangulares («rolhas»). A planta original da Alcáçova, que como vimos coincide na generalidade com a actual, munida com torreões quadrangulares nos ângulos, evoca modelos de inspiração árabe e não pode deixar de ser colocada em paralelo com a fase pré-românica do castelo de Lanhoso, que viria a sofrer remodelações proto-românicas no tempo do Bispo D. Pedro de Braga (1070-1091).

<sup>(16)</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Francisco Gaspar de Almeida Lopes, Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a Igreja de S. Miguel, *Portugália* n.s. II/III 1981-1982 131-133.

<sup>(17)</sup> Vd. levantamento das referências documentais em Pedro de Azevedo, O Território de Anegia, *AP* 1.ª Série 4 1898, 208-215, e em H. Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 11. Lisboa, 2.ª ed., 1954, 226-263.

<sup>(18)</sup> Paulo Merêa e Aristides Amorim Girão, Territórios Portugueses no Século XI, sep. de *Revista Portuguesa de História* 2 1943, 255-263.

<sup>(19)</sup> In Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 11. Lisboa, 2.ª ed., 1954, 461.

<sup>(20)</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Francisco Gaspar de Almeida Lopes, Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a Igreja de S. Miguel, *Portugália* n.s. II-III 1981-1982, Est. 1, n.º 2.

<sup>(21)</sup> Sobre Eja veja-se, para além da bibliografia já citada, Vieira de Andrade, Castro de Entre-os-Rios, *AP* 1.ª Série 23 1918, 74-76; José de Pinho, A Cividade de Eja, sep. de *Penha Fidelis*, Ano 1, 10 1929; José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, 3. Lisboa, 2.ª ed., 1980, 359-360; E. M. Ferreira Sousa, Considerações sobre Aneja — Portucale, *Arqueologia e História* 9.ª Série 1970, 23-27.

<sup>(22)</sup> Sobre o castelo da Feira e a sua Terra medieval cf. José Mattoso, Luis Krus e Amélia Andrade, *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa 1989.

<sup>(23)</sup> A. Nogueira Gonçalves, *Vila da Feira. Castelo. Convento. Misericórdia*. Coimbra 1978, 10-14; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arte da Alta Idade Média, História da Arte em Portugal*, 2. Lisboa 1988, 161 e 163.

A partir deste momento decisivo do processo da Reconquista a construção dos principais castelos passou a ser de iniciativa condal. É neste contexto que devemos enquadrar as notícias da fundação do castelo do *Mons Latito* (Castelo de Guimarães), erguido pela condessa D. Mumadona Dias, ou de outros como o de Vermoim. O exemplo de Guimarães revela-se particularmente interessante pela notícia que sobre ele nos dá o diploma de 968. Nele D. Mumadona Dias declara:

«... *laboravimus castellum quod vocitant sanctum mames in locum predictum alpe latito quod est super huius monasterio constructum et post defensaculo huius sancto cenobio concedimus cum fratribus et sororibus in ipso monasterio persistentibus...*»<sup>(24)</sup>.

O castelo de Guimarães pode ser apontado entre nós, como um dos primeiros exemplos, de um castelo erguido para protecção de uma instituição monástica, uma tradição que se encontra amplamente documentada para a Idade Média e que se iria prolongar pelas centúrias seguintes. Da estrutura criada por ordem de D. Mumadona Dias não sobrevivem grandes testemunhos, muito embora o castelo de Guimarães ostente vestígios da estrutura que viria a ser adulterada irremediavelmente pelas obras românicas, a que nos reportaremos mais adiante.

Devemos, no entanto, sublinhar que o facto de os principais castelos serem então construídos por iniciativa condal não impediu que outras forças sociais se empenhassem igualmente na construção de estruturas castelares.

Para este período possuímos um precioso documento tantas vezes citado pelos historiadores portugueses: a doação da condessa D. Flamula, exarada no Livro de Mumadona e datada de 960. Cumpre, antes do mais, identificar a doadora. O diploma fornece-nos esses elementos, declarando logo no início:

«... *Flamula deovota filia Ruderici et Leodegundie dum venit infirmitate timendo die extremo levavit confessionem hic in villa lalini...*»<sup>(25)</sup>.

Trata-se, portanto, de D. Flamula ou Chamôa Rodrigues, filha do conde D. Rodrigo Tedones e de D. Leodegúndia Dias<sup>(26)</sup>. Sua mãe era irmã da condessa D. Mumadona Dias, que Flamula trata, de resto, por «*tie*» no diploma, e em cuja *villa* se encontrava no momento em que, como diz no pergaminho, sentindo-se doente e temendo o dia extremo, decidiu dispor os seus bens em testamento e ingressar como «*deovota*» no cenóbio vimaranense que sua tia fundara. O pergaminho reveste-se de particular importância para o estudo da castelologia medieval portuguesa, revelando-nos que eram seus vários castelos na zona da Beira Interior, a Sul do Douro, que então doa ao Mosteiro de Guimarães:

«... *nostros castellos id est Trancoso, Moraria, Longobria, Nauman, Vacinata, Amindula, Pena de Dono, Alcobria, Seniorzelli, Caria, cum alias penellas et populaturas que sunt in ipsa stremadura...*»<sup>(27)</sup>.

A identificação da maioria dos topónimos referidos nesta passagem do pergaminho não oferece grandes dúvidas: *Trancoso* corresponde a Trancoso, *Moraria* a Moreira de Rei, *Longobria* a Longroiva, *Nauman* a Numão, *Pena de Dono* a Penedono, *Serniorzelli* a Sernancelhe e *Caria* a Caria. Infelizmente, para três deles (*Vacinata*, *Amindula* e *Alcobria*) não foi ainda encontrada uma identificação segura. Cremos, no entanto, que eles se deviam implantar na mesma zona que os restantes castelos. É possível que a *Vacinata* de 960 corresponda hoje a Muxagata (Vila Nova de Foz Côa), onde o micro-topónimo Castelo poderá evocar o local da implantação da estrutura de D. Flamula. De igual modo, *Amindula* talvez possa corresponder hoje a Meda, topónimo que nos inícios da Baixa Idade Média se grafava ainda como *Amida*, e onde são visíveis vestígios significativos do castelo medieval, ou a Almendra, como entende Lindley Cintra<sup>(27a)</sup>. *Alcobria* poderá corresponder hoje a Alcarva, não longe de Penedono.

<sup>(24)</sup> PMH, DC 97; VMH, 14.

<sup>(25)</sup> PMH, DC 81; VMH, 11.

<sup>(26)</sup> Cf. José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, 1981, 137 e 153.

<sup>(27)</sup> PMH, DC 81; VMH, 11.

<sup>(27a)</sup> L. F. Lindley Cintra, *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, 2.ª ed., Lisboa 1984, XXXVI-XXXVII.

Das estruturas castelares da condessa D. Flamula não sobreviveram grandes vestígios até aos nossos dias, mas os poucos testemunhos que conseguimos identificar revelam-se de extrema importância para o estudo da Castelologia Medieval Portuguesa. Por isso nos iremos debruçar um pouco mais demoradamente sobre as estruturas mencionadas no diploma de 960.

Moreira de Rei é uma povoação antiga, com uma implantação geográfica típica destes primórdios da Reconquista. Construída ao longo da crista de um monte, e dotada de um notável panorama, permitindo o domínio de grandes áreas envolventes, a vila desenvolveu-se em torno de dois polos fundamentais: por um lado o templo, em torno do qual se polarizaram a maior parte das estruturas do *habitat*, e, na outra extremidade do povoado, o castelo. No adro da sua primeira igreja românica, erguida tal como a maior parte da vila sobre o afloramento granítico, encontra-se polarizado um dos mais importantes cemitérios de sepulturas rupestres portuguesas, compreendendo numerosos sepulcros de adultos e crianças, alguns deles estruturados nos mais claros exemplos de «núcleos familiares» que conhecemos em território português. A importância desta necrópole no contexto das sepulturas rupestres portuguesas é crucial. As suas sepulturas, graças à sua tipologia e implantação, algumas truncadas pela construção românica, facultam importantes elementos cronológicos. A extensão da necrópole rupestre não pode deixar de espelhar o desenvolvimento demográfico alcançado pela povoação nessa fase decisiva do processo da Reconquista<sup>(28)</sup>. Por outro lado, a forma como alguns sepulcros foram truncados pela actual igreja documenta a existência de um templo anterior, pré-românico, com uma área construída menor e do qual não quedam vestígios. A doação de 960 permite-nos saber que possuía então um castelo, certamente destruído nos finais da centúria pela incursão de Almansor. As forças cristãs reconquistaram de novo Moreira de Rei em 1055, durante o reinado de Fernando o Magno. As ruínas do castelo de Moreira de Rei, que ainda se podem observar no extremo Sul da aldeia, são bastante posteriores ao século X, não podendo ser associadas ao diploma de 960. Tão pouco podem ser relacionadas com a reconquista de Fernando o Magno, nos meados do século XI. Dele sobrevive uma boa parte do pano de muralha erguido entre os numerosos batólitos graníticos de impressionantes dimensões, alguns talhados na vertical, descrevendo um circuito que ignora os torreões. A área subjacente a esse reduto era compartimentada por muralhas secundárias de que ainda restam vestígios significativos. No alto da área definida pela cerca românica, sobre um afloramento, erguia-se a Torre de Menagem, de que só resta hoje a primeira fiada de pedras. No entanto, são visíveis os entalhes criados nos afloramentos para apoio dos silhares das fiadas seguintes e a sua planta pode ser levantada sem dificuldades. A entrada era facultada por uma porta rasgada no primeiro andar. Dela não restam vestígios mas, no afloramento onde se ergue a Torre de Mensagem, um pouco abaixo dos seus alicerces e na face voltada a Leste, podem observar-se duas cavidades quadrangulares abertas na rocha, onde se apoiava a escada móvel que garantia o acesso a essa porta. O seu aparelho de construção, pseudo-isódomo e maioritariamente sem siglas, não deixa lugar a dúvidas de que se trata de um castelo românico, que sucedeu ao castelo de D. Flamula e de Fernando o Magno, devendo ser atribuído ao século XII. Nos acessos ao castelo, e nos pequenos campos que se desenvolvem junto a ele, são abundantes os achados de fragmentos de cerâmica medieval, alguma decorada, e a ocorrência de escória de fundição. Este aspecto revela-se interessante já que nos documenta a existência de uma oficina de fundição no interior dos muros do castelo.

Numão, hoje uma vila abandonada, possui um castelo relativamente bem conservado mas ele também resulta de obras posteriores, românicas. O itinerário do castelo referido no diploma de 960 não deve ter sido muito distinto do de Moreira de Rei: tomado igualmente por Almansor, seria reconquistado pelas forças de Fernando o Magno na campanha de 1055. O mesmo se diga de Longroiva, com percurso semelhante e doada em meados do século XII aos Templários. Se do castelo de D. Flamula ainda sobrevivia então algum testemunho, ele seria irremediavelmente perdido com a reforma ordenada por D. Gualdim Pais, no ano de 1174, conforme o documenta a inscrição da sua Torre de Menagem. Os castelos de Sernancelhe, Caria e Penedono teriam itinerário semelhante, caindo em poder de Almansor nos fins do século X e reingressando no território cristão com a campanha de Fernando o Magno de 1055-1057. Em Caria e Sernancelhe não sobrevivem testemunhos dos castelos e o de Penedono é posterior ao século X, não podendo ser associado ao diploma de 960. No entanto, em Sernancelhe é possível identificar testemunhos coevos da Reconquista. Na sua igreja paroquial guarda-se um capitel coríntio pré-românico adaptado a pia de Água-Benta, e no exterior

---

(28) Sobre Moreira de Rei e o seu cemitério rupestre, cf. David Bruno Soares Moreira, *Moreira de Rei, Ilustração Moderna* 3 1931, 259-262.

podem-se observar algumas sepulturas escavadas na rocha bem como uma interessante tampa de sepultura pré-românica, com uma decoração gravada que recorda alguns exemplos galegos estudados por Chamoso Lamas <sup>(29)</sup>.

O caso mais importante, se bem que nunca tenha sido suficientemente valorizado pelos investigadores nacionais, é o de Trancoso. A vila de Trancoso possui um castelo em bom estado de conservação, de traça românica e munido de seis torreões adossados aos seus muros (Fig. 1). Na zona Sudeste, ligada aos muros da cerca românica, ergue-se a Torre de Menagem (Est. 1.2), coroando o afloramento granítico no seu ponto mais elevado. No entanto, e ao contrário da maior parte dos casos, a Torre de Menagem de Trancoso não é fruto de uma construção da segunda metade do século XII. Pelo contrário, ela resulta do reaproveitamento de uma estrutura anterior, concebida para outras funções, que foi adaptada para Torre de Menagem pelos construtores do castelo românico. A sua silhueta, tronco-piramidal, nada tem em comum com a técnica de construção românica e denuncia a sua antiguidade. A porta de acesso, implantada no primeiro andar, apresenta um arco ultrapassado tipicamente moçárabe (Est. 2.1) que, pelas suas características permite situar a sua construção no século X, sendo portanto perfeitamente compatível com a data do diploma de D. Flamula. Augusto Filipe Simões e Lopes Correia <sup>(30)</sup> referiram-se ao cariz arcaico desta torre, mas associaram-na a obra muçulmana. No entanto, a descrição do seu aparelho de construção, que nos deixou Augusto Filipe Simões, dizendo que «as pedras são como dentadas para se engatarem nas pedras próximas» <sup>(31)</sup>, não deixa lugar a dúvidas de que se trata de obra moçárabe. Em época posterior, talvez aquando da edificação da cerca românica, a torre sofreu uma reconstrução parcial, sensível num dos seus alçados, sendo coroada por ameias ou merlões. Originalmente a construção devia também possuir maior elevação, tendo apenas sido aproveitada a zona inferior. Se é certo que as características da torre moçárabe do castelo de Trancoso são perfeitamente compatíveis com o diploma de 960, a cronologia é, no entanto, demasiado remota para se poder estar perante uma Torre de Menagem. Deste modo somos levados a concluir que o *castello* de Trancoso, de que D. Flamula fora possuidora, não seriam mais do que uma torre robusta, à semelhança do que vemos na torre moçárabe de Dona Urraca, em Covarrubias (Burgos) <sup>(32)</sup>. De resto, a torre de Covarrubias apresenta grandes afinidades com a de Trancoso, ostentando o mesmo contorno tronco-piramidal, estreitecendo à medida que ganha altura, e a mesma solução de arco ultrapassado na sua porta. A torre moçárabe de Trancoso conseguiu sobreviver até aos nossos dias por ter sido depois integrada dentro do perímetro do castelo românico, passando então a constituir a sua Torre de Menagem. Mas, se é certo que a construção é moçárabe e compatível com a época de D. Flamula, o que o diploma e a torre de Trancoso não nos conseguem garantir é que ela seja obra da iniciativa da condessa. É provável que uma boa parte dos *castellos* e *penellas* a que se refere o pergaminho de 960 tenham chegado às suas mãos por meio de herança paterna, e que, portanto, sejam um pouco mais antigos.

Trancoso possui outros testemunhos coevos desses tempos da Reconquista, nomeadamente uma necrópole de sepulturas abertas na rocha, de perfil antropomórfico, ainda hoje localizada extra-muros, junto do Palácio da Justiça. À semelhança do que acontece com Moreira de Rei, se bem que numa escala mais modesta já que comporta um número muito inferior de enterramentos, a necrópole de Trancoso ostenta enterramentos de adulto e de criança e, caso pouco comum, ainda se conserva a tampa de um dos seus monumentos.

O destino dos castelos de D. Flamula seria semelhante para os vários casos. A doação de 960 colocou-os nas mãos do mosteiro de Guimarães, que deve ter perdido o controlo dessas estruturas e bens aquando da grande investida de Almansor nos finais da centúria. As campanhas de Fernando o Magno de 1055-1057, que culminaram com a reconquista de Seia, Lamego, S. Martinho de Mouros e Viseu, e que prepararam a ofensiva de 1064 sobre Coimbra, devolveram os castelos e seus territórios à posse das forças

<sup>(29)</sup> Manuel Chamoso Lamas, Sobre las necrópolis paleocristianas últimamente descubiertas en Galicia y Portugal, *Anuário de Estudios Medievales* 2 1965, 433-449, sobretudo a tampa de S. Lourenço de Seira, que obedece ao mesmo universo estético. A classificação cronológica proposta pelo autor encontra-se hoje ultrapassada, sabendo-se que são materiais muito mais recentes, coevos da Reconquista.

<sup>(30)</sup> Augusto Filipe Simões, *Scriptos Diversos*. Coimbra 1888, 319-320 e 150; Lopes Correia, *Trancoso (Notas para uma Monografia)*. Trancoso 1989, 114. Vd. S/A s.v. Trancoso, *G.E.P.B.*, 32, 460-481.

<sup>(31)</sup> Augusto Filipe Simões, *Scriptos Diversos*. Coimbra 1888, 150. A antiguidade desta torre não passou, de resto, despercebida ao olhar deste investigador.

<sup>(32)</sup> Cf. Jacques Fontaine, *L'Art Mozarabe*, vol. esp. de Zodiaque, Yonne 1973, 207-211, fot. 78 e fig. 44 a 47.

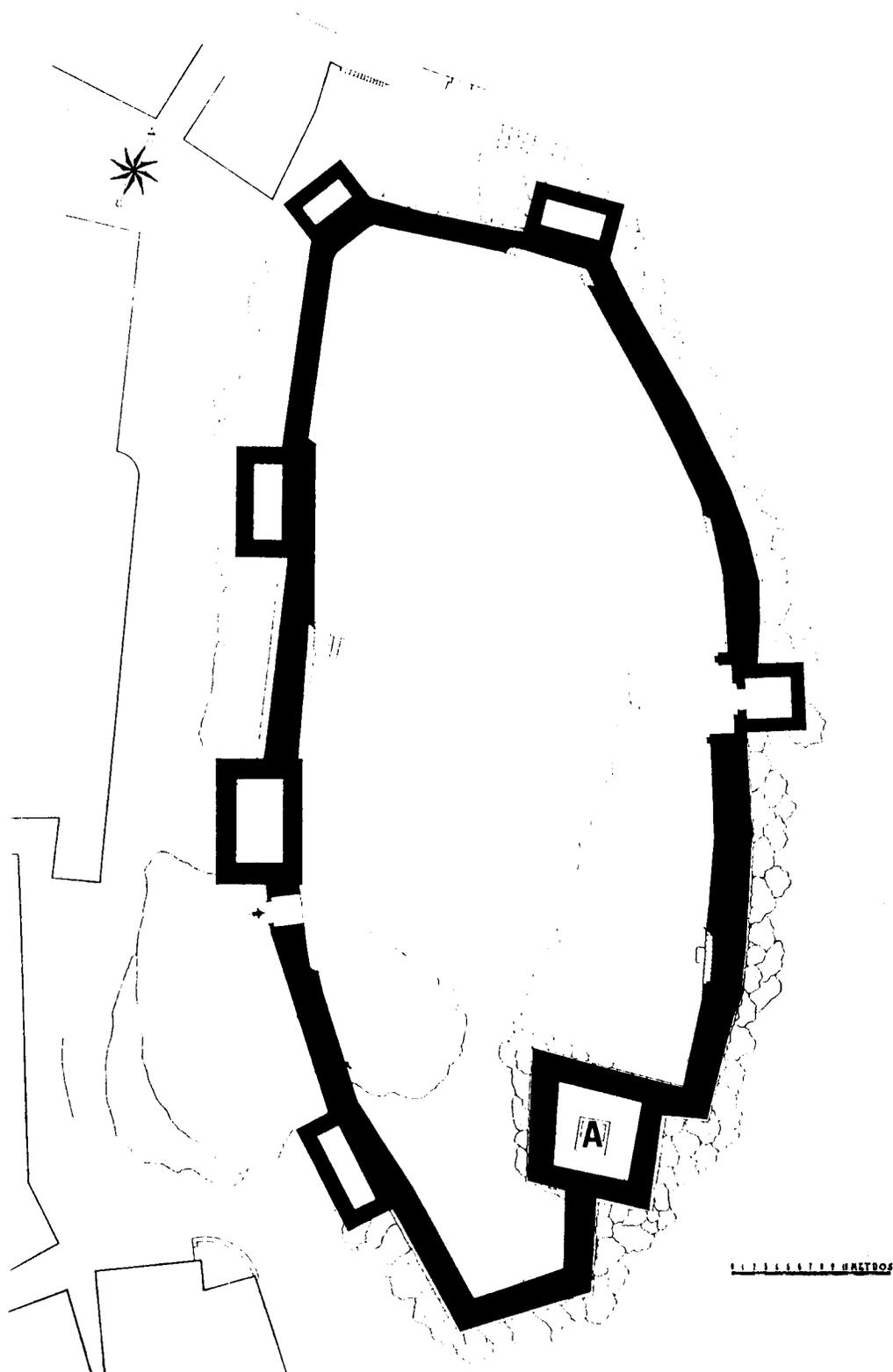


Fig. 1 — Castelo de Trancoso — Planta da D.G.E.M.N.  
A = Torre Moçárabe de D. Flamula.

cristãs. O inventário dos bens do Mosteiro de Guimarães, datado de 1059, volta a referir a posse dos bens doados em 960:

«... *Et in extremis ex alia parte durio castellos. id sunt Trancoso cum suas villas. Longobria. Terrenio. Moraria. Nauman. Vacinada. Pennadedomno. Amendula. Seniorzelli. Alcobria et Caria. istas penas cum toto suo devido. ...*»<sup>(33)</sup>.

A identificação do *castello* de D. Flamula em Trancoso permite progredir um pouco no conhecimento da nomenclatura castelar. O diploma de 960 distingue claramente dois tipos de estruturas militares: os *castellos* e as *penellas*. Se os *castellos* são nomeados e individualizados, já as *penellas*, associadas às *populaturas*, surgem referidas em termos genéricos, sem qualquer especificação. Assim, somos levados a conceber os *castellos* como estruturas mais importantes que as *penellas* e, simultaneamente, menos numerosos que estas — por isso eles são nomeados individualmente e elas não. Sabemos que *penella*, derivado de *pena*, designava um castelo erguido entre e sobre rochedos. Poderíamos, portanto, identificar essas *penellas* com estruturas similares aos castelos roqueiros do primeiro incastelamento do Entre-Douro-e-Minho. Se até agora eram legítimas as dúvidas sobre o significado real do termo *castello* — nomeadamente se ele, para além de denunciar uma estrutura com importância estratégica superior às das *penellas*, também implicaria mudanças estruturais e arquitectónicas — podemos agora avançar um pouco mais e supor que a designação, nesses recuados tempos, se aplicaria a estruturas mais elaboradas que as *penellas*, como é o caso de Trancoso. No entanto, não é forçoso que correspondessem a construções exactamente castelares — isto é, do tipo pátio defendido por muralha — podendo corresponder a torres, como vemos em Trancoso e Covarrubias.

No entanto, a tipologia das fortificações na segunda metade do século X e nos inícios do século XI não se devia resumir apenas a *penellas* e *castellos*, devendo comportar uma maior diversidade de soluções. Os próprios documentos são os primeiros a fornecerem-nos esses indícios, diversificando as designações utilizadas. Infelizmente falta-nos ainda um estudo sistemático sobre as diferentes formas como são designadas as estruturas castelares. Gostaríamos, no entanto, de chamar a atenção para um tipo específico de estrutura castelar que os estudos europeus nos têm demonstrado ter sido um dos modelos de castelo mais difundido ao longo do século XI na Europa de além-Pirinéus: a mota. Muito embora tenham sido detectados casos mais precoces, o início da difusão da mota pode ser balizado entre os fins do século X e os inícios da centúria seguinte, isto é, cerca do ano 1000. Respondendo bem aos requisitos militares de então, a expansão da mota pela paisagem europeia foi extremamente rápida. As mais célebres representações iconográficas de motas encontram-se na Tapeçaria de Bayeux, que relata a conquista de Inglaterra pelos Normandos em 1066. Ao longo da tapeçaria são representadas cinco motas, incluindo a de Rennes e a de Hastings (Est. 2.2), esta a primeira a ser erguida em Inglaterra, precisamente pelas forças de Harold. Nessas representações estilizadas podemos observar as principais características que definem a mota: um fosso e, por vezes, muralha de terra, rodeando um monte artificial, erguido ao centro, coroado por paliçada de madeira e abrigando a guarnição militar<sup>(34)</sup>. Durante algum tempo pensou-se que esse tipo de estruturas não teria sido utilizado na Península Ibérica, sobretudo porque os múltiplos acidentes de relevo facultavam alternativas às motas. No entanto, se é certo que o relevo do Norte da Península deve ter sido um dos factores determinantes para a fraca aceitação que as motas alcançaram no espaço peninsular, não se deve generalizar excessivamente a situação. Recentemente começaram a ser identificadas motas na zona Cantábrica<sup>(35)</sup>, revelando que esse tipo de estrutura também foi utilizado, embora em menos escala, na Península Ibérica.

Em Portugal ainda não foi identificada com segurança nenhuma mota, mas vários indícios — documentais e toponímicos — levam-nos a ser optimistas quanto a este aspecto.

<sup>(33)</sup> PMH, DC 420; VMH, 45.

<sup>(34)</sup> Sobre as motas veja-se, entre outros, Michel de Bouard, *La Motte, L'Archéologie du Village Médiéval*. Louvain 1967, 35-46; Gabriel Fournier, *Le Chateau dans la France Médiéval*. Paris 1978, 65-80; Vários, *Les Fortifications de terre en Europe Occidentale du Xe au XIIe siècles, Archeologie Médiéval* 11 1981, 6-38; André Debord, *Motte Castrale et Habitat Chevaleresque, Mélanges d'Archéologie et d'Histoire Médiévales en l'Honneur du Doyen Michel de Bouard*. Paris-Geneve 1982, 83-89; Helen Clarke, *The Archaeology of Medieval England*, Londres, 1984, 105-127.

<sup>(35)</sup> Cf. Ramon Bohigas *et alii*, *La Fortaleza en Mota de «El Torrejon» (Las Henestrosas, Cantabria)*, *Actas del I Congreso de Arqueologia Medieval Española* 5. Zaragoza 1986, 123-142.

Dois documentos da primeira metade do século XI, ao referirem-se a propriedades na zona de Perafita, a Norte do Porto, não as localizam em relação à estrutura castelar da zona, como é comum, mas em relação a *mamolas*, isto é, a montes artificiais <sup>(36)</sup>. O primeiro, datado de 1038, diz-nos que Perafita fica

«... *in terminum de ataulfi teritorio portucalensis subtus mamola de Aaulfi et ave iacentia inter Recemundi et adaulfi ...*» <sup>(37)</sup>

enquanto que o segundo, datado de 1047, localiza Perafita

«... *sub mamola de lumbello teridurio portugalensis subtus castro guifiones ...*» <sup>(38)</sup>.

Estas duas referências não estão isentas de dúvidas, já que podem também designar montes artificiais não aproveitados para fins militares. No entanto, há vários indícios que nos convencem de que se pode tratar de motas. Na documentação da época as propriedades são inúmeras vezes localizadas no espaço geográfico pela proximidade ou dependência de uma estrutura militar. As expressões *subtus*, *sub*, *ad radicem*, etc., são muito comuns na definição dessa relação de dependência militar e espacial, sendo acompanhadas, tantas vezes, da indicação do território em que se implantam e da proximidade de cursos fluviais mais importantes. Ora, nos dois diplomas de Perafita estamos perante um formulário similar ao de tantos documentos da época. Apenas o facto de não se indicar uma estrutura castelar mas sim uma «mamo» quebra a rotina deste formulário. Para que se justificasse a sua referência nesta passagem do documento, ela deveria possuir uma personalidade física suficientemente notória para ser individualizada em relação à paisagem envolvente, e desempenhar um papel importante no contexto da zona. Por outro lado, a referência à «*mamola de Aaulfi*» parece indicar estarmos perante uma estrutura pertencente a Aaulfo. Ora, sabemos que as motas, erguidas com materiais de fácil recrutamento no meio envolvente, maioritariamente terra e madeira, atingiram particular sucesso precisamente na construção de castelos de iniciativa particular e individual. Sensivelmente pela mesma altura, um documento datado de 1040 refere na mesma zona uma «*hereditate de casal de adaulfo*» <sup>(39)</sup>, o que pode ser interpretado como sendo uma herdade pertencente a Aaulfo, a mesma a que se refere um diploma de 1021 que nomeia o «*casale de adaulfo*» <sup>(40)</sup>. A última referência que conseguimos localizar data de 1088 e nomeia a «*eredectate de mamula*» junto do rio Leça (PMH, DC 706).

A localização geográfica de Perafita, junto da orla marítima, e exposta aos perigos das incursões normandas, podia justificar a existência de estruturas defensivas particulares. A *Chronica Gothorum* legou-nos a notícia de uma dessas incursões que, partindo do litoral, conseguiu alcançar o castelo de Vermoim (Vila Nova de Famalicão), dando uma boa imagem da capacidade ofensiva dos Normandos e dos problemas que essas incursões colocavam às populações de Entre-Douro-e-Minho <sup>(41)</sup>:

«*Era MLIV [A.D. 1016] VIII<sup>o</sup> Idus Septembris [6 de Setembro]veniunt Lormanese ad castellum Vermudii, quod est in Provincia Bracharensi. Comes tunc ibi erat Alvitus Nuniz.*» <sup>(42)</sup>.

E, poucos anos mais tarde, entre 1028 e 1032, Ulfo, conde da Dinamarca, haveria de realizar diversas incursões no Noroeste Peninsular <sup>(43)</sup>. A possibilidade de haver uma relação directa entre o aparecimento das referências a possíveis motas e as incursões normandas é reforçada não só pela relativa coincidência

<sup>(36)</sup> O primeiro autor a chamar a atenção para esta problemática foi Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das Origens a 1220*. Porto 1978, 52.

<sup>(37)</sup> PMH, DC 303.

<sup>(38)</sup> PMH, DC 351.

<sup>(39)</sup> LP, 513.

<sup>(40)</sup> PMH, DC 148.

<sup>(41)</sup> Sobre as incursões normandas veja-se, entre outros, Luís Saavedra Machado, *Expedições Normandas no ocidente da Hispânia*, sep. do *Boletim do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra* 1931; idem, *Circunstâncias do ataque a Lisboa de Sigurdo da Noruega (1109)*, sep. de *O Instituto* 111 1948; José de Oliveira Boleo, *Assaltos a Lixbonna e Chintra em 1107-1108*, *Revista Municipal* 3, 13-14, Lisboa 1942, 37-40.

<sup>(42)</sup> PMH, Scrip., p. 9.

<sup>(43)</sup> Cf. Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, 3. Lisboa, 2.<sup>a</sup> Ed., 1939, 1.

cronológica mas também por sabermos que, em Inglaterra, a introdução das motas se ficou a dever precisamente às forças militares que protagonizaram a invasão de 1066. O mesmo se passou em relação à Sicília, um pouco mais tarde. Por isso, não deixa de ser aliciante estabelecer o paralelismo entre os dois fenómenos. A construção de uma mota, graças à sua estrutura peculiar, aos materiais de fácil recrutamento que utilizava e à ausência de necessidade de grandes conhecimentos especializados, adapta-se perfeitamente à possibilidade de se tratarem de construções executadas pelas populações autóctones para defesa das incursões normandas, mas também pode corresponder a uma necessidade de defesa temporária das forças invasoras. Infelizmente, e na ausência de elementos mais elucidativos, não podemos sair do limiar das hipóteses.

As vicissitudes da época recomendavam, perfeitamente, a existência de estruturas particulares de defesa, sem prejuízo de existirem outras estruturas castelares mais importantes e imponentes, erguidas e mantidas pelo poder condal. De resto, atente-se que o documento que refere a mamoa de Lumbelo indica implicitamente que essa estrutura era subalterna do castelo de Guifões. A hierarquização de diversas estruturas defensivas é comum nos documentos dos séculos X e XI, fornecendo-nos importantes elementos sobre os diferentes graus de importância que as separavam. No entanto, as prospecções que temos vindo a realizar na zona de Perafita ainda não surtiram qualquer efeito.

Mas as possíveis referências a motas não se circunscrevem apenas à zona de Perafita. Um documento de 1084 exarado no *Liber Fidei* da Sé de Braga, localiza a «*villa moquoromi*», na zona de Vila Verde, declarando-a

«*a radice montis allaria super illa mamola de Cerretelo*» (44).

Sob uma designação diferente, talvez se refiram a uma estrutura similar as Inquirições de 1258 quando, a propósito da freguesia de S. Pedro de Caíde (hoje Caíde de Rei, concelho de Lousada), na Terra de St.ª Cruz, referem

«... *ad Lumbam Maurisca quomodo partit Caydi cum Travanca* ...» (45).

O facto de numerosos documentos medievais aproveitarem a presença de monumentos megalíticos para assinalarem os limites de propriedades ou áreas geográficas abrangidas por diplomas pode levantar algumas dúvidas sobre este tipo de referências que temos vindo a abordar. No entanto, cremos que a situação é diferente, sobretudo para as referências do século XI, já que estas não podem ser confundidas com marcos físicos ou geográficos de limites de propriedades ou zonas, fornecendo-nos um tipo de relação muito comum entre propriedades e castelos ou pontos fortificados.

É certo que a toponímia, por si só, poucos contributos poderá trazer para o estudo da possível existência de motas no Portugal pré-nacional, já que o mesmo termo podia designar realidades muito distintas. Neste sentido não deixa de ser interessante registar-se a opinião de Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo que, no seu *Elucidário*, escrevia:

«Antigamente se tomava pelos muros, torres, fossos ou cavas que defendiam e mesmo formoseavam uma casa de campo, e que por ser erma e solitária necessitava de ser guarnecida a modo de castelo ou fortaleza.» (46)

citando a título de exemplo um documento de Vairão, datado de 1280, onde se refere «uma casa cum sua mota». Mas o mesmo autor ressaltava outro significado para a palavra, ainda hoje corrente em algumas zonas do Norte de Portugal, nomeadamente na área de Ponte de Lima:

«Toma-se hoje por açude ou levada de água, que se forma de torrões, faxinas ou pedras.»

(44) LF, 287.

(45) PMH, Inq., p. 608.

(46) Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário* ..., 2. Porto, 3.ª ed., 1966, 431.

#### 4 — A VIRAGEM DOS MEADOS DO SÉCULO XI. OS CASTELOS DE D. SESNANDO. A REFORMA DE FERNANDO O MAGNO

No quadro do processo da Reconquista Cristã em território actualmente português, os últimos anos do reinado de Fernando o Magno afiguram-se de vital importância. Depois da investida de 1053 contra o reino de Toledo, o monarca lançou-se em 1055-1058 uma campanha que, percorrendo as terras beirãs até junto do Douro, haveria de conduzir a importantes conquistas militares. A tomada de Seia (1055), dos castelos que tivemos oportunidade de analisar a partir do diploma de 960, e de importantes pontos como Lamego (1057), S. Martinho de Mouros (1058) e Viseu (1058), prepararam a reconquista definitiva de Coimbra. Deste modo, os inícios da segunda metade do século XI ficaram marcados por um grande dinamismo no processo da Reconquista, de que a *Chronica Gothorum* não podia deixar de fazer eco:

«*Era MXCVI. [A.D. 1058] III<sup>o</sup> calend. Augusti [29 de Julho] in die S. Cucufatis rex dominus Fernandus cepit civitatem Viseum [Viseu], postea Geisam [Seia], et S. Martinum de Mauris [S. Martinho de Mouros], et Travanca [Travanca], et Penalviam [Penalva], atque cetera castella christianorum vicinitatum per annos VIII.*»<sup>(47)</sup>.

A estes castelos acrescenta o Monge de Silos ainda os de S. Justo e de Tarouca<sup>(48)</sup>.

Em 1064, ao fim de seis meses de cerco, era a vez de Coimbra ser definitivamente tomada pelos cristãos, depois de ter permanecido durante mais de três quartos de século na posse das forças muçulmanas. Os *Annales Portucalenses Veteres* memorizaram os dois eventos, a conquista de Almansor em 987 a reconquista cristã de 1064:

«*In Era T<sup>a</sup>. XXV<sup>a</sup>. [A.D. 987] Almanzur accepit Colimbrian III<sup>o</sup> Kalendas Iulii [28 de Junho]*»  
«*Era M.C. II<sup>a</sup>. [A.D. 1064] VI<sup>o</sup> Idus Iulii [10 de Julho] accepit Fernandus Rex Colimbriam.*»<sup>(49)</sup>.

Depois da reconquista de 1064, Fernando o Magno entregou o governo da cidade de Coimbra e seu território a D. Sesnando, conforme consta de vários diplomas, entre os quais a carta de doação, a favor do presbítero Rodrigo Ourigues, da Ermida de S. Cristóvão, de 1088:

«... *Tempore illo quod serenissimus rex dominus Fernandus ego consul Sisnandus accepi ab illo potestatem Colimbrie et omnium civitatum sive castellorum quod sunt in omni circuitu eius scilicet ex Lamego usque ad mare per aquam fluminis Durii usque ad omnes terminos quos christiani ad austrum possident ...*»<sup>(50)</sup>.

Esta referência afigura-se importante para o estudo da Castelologia Medieval Portuguesa da segunda metade do século XI. Por ela ficamos a saber que Fernando o Magno havia confiado nas mãos de D. Sesnando Davides todo um vasto território limitado a Norte pelo curso do Douro, desde Lamego até à foz do rio, e estendendo-se até Coimbra e a todas as terras que as forças cristãs possuísem a Sul. Tal deve ter ocorrido logo após a conquista de Coimbra já que o monarca viria a falecer em 1065. Este dado é corroborado em vários diplomas da época, nomeadamente na carta de 1077 onde se refere que Sesnando

<sup>(47)</sup> PMH, Scrip., p. 9/10.

<sup>(48)</sup> Cf. Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, 3. Lisboa, 2.<sup>a</sup> Ed., 1939, 3.

<sup>(49)</sup> APV, p. 27. Sobre a data da reconquista de Coimbra, cf. A. Botelho da Costa Veiga, Solução do problema cronológico da segunda reconquista cristã de Coimbra, sep. de *Brotéria* 1938. Segundo as conclusões a que chegou este autor através da análise crítica das diferentes datas apontadas em fontes analíticas peninsulares, a reconquista definitiva de Coimbra pelas forças cristãs de Fernando o Magno teria ocorrido em 9 de Julho de 1064.

<sup>(50)</sup> PMH, DC 699; LP, 345. Sesnando emprazara anteriormente, mas já no ano de 1088, a mesma ermida ao presbítero Rodrigo Ourigues (cf. PMH, DC 698; LP, 307). Em 1095, o mesmo Rodrigo Ourigues doaria a ermida de S. Cristóvão à Sé de Coimbra (PMH, DC 815; LP, 302). A Ermida de S. Cristóvão corresponde hoje ao lugar de Ermida, entre Soza e Ihavo.

O mesmo tipo de narrativa, evocando a reconquista de Coimbra e a entrega do seu governo a D. Sesnando, encontra-se noutros documentos, nomeadamente em PMH, DC 581, 656, 657 e 686. Gerard Pradalié entende, no entanto, que todos estes documentos são falsos (cf. *Les Faux de la Cathédrale et la Crise à Coimbra au début du XII Siècle*, *MCV* 10 1974, 77-98). Este facto, apesar de tudo, não retira valor histórico ao preâmbulo, já que estes documentos foram redigidos poucos anos depois da morte de D. Sesnando, quando a memória colectiva ainda retinha bem presentes esses eventos. Precisamente por se tratarem de falsificações, o escriba deve ter procurado aproximar-se o mais possível da realidade, sobretudo nas partes dos diplomas — como os preâmbulos — onde a veracidade não afectava o objectivo a atingir. Pelo contrário, conferia maior autenticidade à contrafacção.

«erat domno de tota Sancta Maria et Colimbria»<sup>(51)</sup>. D. Sesnando tornara-se, deste modo, na pessoa mais influente a Sul do Douro, numa zona vital para o processo da Reconquista<sup>(52)</sup>. Não é de estranhar, portanto, que quando o Conde D. Nuno Mendes procurou angariar partidários para a causa do Condado Portucalense nas vésperas da Batalha de Pedroso, tenha casado a sua filha, D. Loba Nunes, com o Alvasil de Coimbra.

A actuação de D. Sesnando fez-se sentir em vários castelos e póvoas. Assim, e junto do rio Douro, povoou S. Martinho de Mouros e Lamego tendo procedido a obras nos seus castelos. No aro de Coimbra ordenou o repovoamento de Montemor-o-Velho pelo presbítero Vermudo<sup>(53)</sup> e a *Vida de S. Martinho de Soure* atribui-lhe a reconquista do castelo de Soure<sup>(54)</sup>. Sabemos que na zona de Coimbra esteve ligado a obras de construção ou reconstrução nos castelos de Arouce (concelho da Lousã) e de Penela, que mandou povoar, conforme declara no seu testamento de 1087:

«... illis castellis que ego populavi Arauz et Penella ...»<sup>(55)</sup>.

Depois da reconquista de 1064, a defesa da cidade de Coimbra contava com o apoio de uma série de estruturas castelares entre as quais se incluíam os castelos de St.ª Eulália, Montemor-o-Velho, Arouce, Miranda do Corvo, Penela e Soure. A tarefa destes castelos era complementada, nos inícios do século XII, por outras estruturas menores, de que a Torre de Bera pode ser apontada como um dos poucos exemplos sobreviventes (Est. 3.1)<sup>(56)</sup>. Junto da Ladeia, a Torre do Alvorge ou da Ladeia, de que ainda restavam vestígios significativos em 1758, era outra dessas estruturas defensivas de menor envergadura mas nem por isso de menor importância<sup>(57)</sup>.

Esta fase fundamental do processo da Reconquista, que começa com as campanhas de 1055-1058 e que culmina com a reconquista de Coimbra em 1064, inaugura um período importante para o estudo da Castelologia Medieval Portuguesa, onde a actuação do conde D. Sesnando alcança papel notório. Para ele conhecemos alguns vestígios significativos em estruturas castelares espalhadas por vários pontos do vasto domínio que D. Sesnando governou, e que iremos abordar de seguida.

Quando, em 1064 ou 1065, Fernando o Magno entrega o governo do território a Sul do Douro a D. Sesnando, a reconquista de Lamego havia decorrido há sete ou oito anos. O estado de conservação da sua

(51) PMH, DC 549.

(52) Sesnando Davides era filho de David e de Susana, que possuíam bens em Tentugal herdados mais tarde por Sesnando (PMH, DC 677). Foi casado com D. Loba Nunes, filha única de D. Nuno Mendes, o último conde portucalense, que viria a morrer na Batalha de Pedroso em 1071, defrontando as forças de D. Garcia, rei da Galiza. Teria sido aprisionado em jovem durante a incursão de Abbad Motálid de Sevilha, tendo sido educado junto do monarca muçulmano e desempenhado alguns cargos importantes, mormente o de Vizir (c. 1040-1050). Este estreito convívio com a realidade muçulmana permitiria que Sesnando desenvolvesse mais tarde uma importante actividade junto dos monarcas cristãos, aconselhando-os e servindo-os em embaixadas e feitos de armas. Era, sem dúvida, detentor de uma cultura invulgar para a época, como o reflecte o facto de possuímos pelo menos um diploma escrito pelo próprio, conforme nele se declara expressamente (PMH, DC 700; outros documentos onde isso acontece, nomeadamente PMH, DC 581 e 657 são considerados falsos — vd. nota 50). A sua personalidade e cultura moçárabe haveriam de ajudar a conferir um particular dinamismo ao moçarabismo que se afirma na região de Coimbra. O enorme prestígio que conseguiu granjear encontra-se bem espelhado no seu túmulo, um cenotáfio executado no século XV e colocado na Sé Velha de Coimbra, onde ainda se conserva, hoje deslocado do contexto. Mais de quatrocentos anos depois da sua morte, a população de Coimbra do século XV ainda recordava com gratidão a personalidade do seu primeiro Alvazil. A *Chronica Gothorum* regista a sua morte no ano de 1091: «Era MCXXVIII Octavo Kal. Septembris Obiit Alvazil Donnus Sisnandus» (PMH, Script., p. 10).

Sucedeu-lhe seu genro, D. Martim Moniz, dos de Riba Douro, que casaria com D. Elvira Sesnandes, e que nessa qualidade assina documentos logo em 1091 (PMH, DC 763, de 12 de Outubro de 1091).

Sobre D. Sesnando veja-se, entre outros, Emilio Garcia Gomez e R. Menendez Pidal, *El Conde Mozárabe Sisnando Davidiz y la política de Alfonso VI con los Taifas, Al-Andalus XII* 1 1947, 27-41; Francisco Javier Simonet, *Historia de los Mozarabes de España*, 3. Madrid 1983, 655-657; A. J. Costa, s.v. Sesnando, *D.H.P.*, 5, 546-547; s/A, s.v. Sesnando, *G.E.P.B.*, 29, 259-264; António Borges Coelho, *Comunas ou Concelhos*, Lisboa 1973, 73-90.

(53) PMH, DC 824; LP 49.

(54) Sobre a *Vida de S. Martinho de Soure* cf. Henrique Barrilero Ruas, *A Vida de S. Martinho de Soure como fonte de História das instituições eclesiásticas*, *Revista Portuguesa de História* 3 1947, 233-256.

(55) PMH, DC 677; LP 19.

(56) Cf. A. Nogueira Gonçalves, *A Torre de Bera, Estudos de História da Arte Medieval*. Coimbra, 1980, 157-160. As fotografias apresentadas pelo autor neste artigo publicado em 1949 mostram a Torre de Bera ainda em relativo bom estado de conservação, com os quatro panos de parede, muito embora já com um dos cunhais caído. Este facto acelerou a sua destruição e, hoje, a Torre de Bera não possui mais do que dois dos quatro panos de parede.

(57) Cf. Salvador Dias Amaut, *Ladeia e Ladera. Subsídios para o Estudo do Feito de Ourique*. Coimbra 1939, 8-17; Pedro A. de Azevedo, *Extractos Archeológicos das Memórias Paroquiais de 1758, AP 1.ª Série* 2 1895, 191.

fortaleza deveria ainda ostentar as cicatrizes desses eventos e não é de estranhar que tenham tido lugar obras de reconstrução dos seus muros. O que hoje sobrevive do castelo de Lamego não é, certamente, a obra do tempo de D. Sesnando, mas sim o fruto de reconstruções românicas responsáveis, entre outras inovações, pela introdução da Torre de Menagem. No entanto, em alguns pontos do circuito superior de muralhas ainda são visíveis pequenos trechos de aparelho de construção pré-românico (Est. 3.2) e vários silhares dessa fase foram reutilizados nas obras românicas. Estes ténues vestígios devem documentar-nos as obras que se seguiram à conquista definitiva da cidade e que reformularam o castelo, melhorando as condições de defesa.

Mais significativos são os vestígios que se conservam no castelo de S. Martinho de Mouros (Cinfães), reconquistado, como vimos, em 1058. A estrutura, com uma localização geo-estratégica extraordinária, implanta-se no alto de um promontório sobre o rio Douro, permitindo domínio visual sobre o seu curso. Apresenta a sua coroa delimitada por muralha pétreia erguida com recurso a um aparelho de construção de grande qualidade (Est. 4.1), com pedras bem aparelhadas, utilizando ainda algumas soluções de cotovelo típicas do aparelho de construção pré-românico. No entanto, e de uma forma geral, apresenta um aparelho que situaríamos dentro do proto-românico, devendo corresponder ao último quartel do século XI, pelo que pode bem ser fruto da acção governativa de D. Sesnando. Embora não utilize cubelos, a cerca da segunda metade do século XI apresenta vários ângulos, adaptando-se à configuração do cume do monte e evitando o desenvolvimento de grandes panos de muralhas com paredes lisas. Dentro do espaço por ela definido implantaram-se uma cisterna e a Torre de Menagem, esta sem dúvida obra posterior. A cisterna é uma estrutura de planta quadrangular aberta na rocha à maneira de poço. Da Torre de Menagem não resta qualquer silhar, mas a sua planta pode-se reconhecer facilmente já que se possuem, talhados no afloramento granítico, entalhes para apoio de pedras esquadriadas que definiam o seu contorno (Est. 4.2). A Torre de Menagem ergueu-se sobre o mais alto afloramento granítico defendido pela linha de muralha e apresentava desníveis verticais intransponíveis pelo lado Sul.

No monte do castelo de S. Martinho de Mouros, a meia encosta, entre os numerosos afloramentos graníticos, encontram-se vestígios importantes de um habitat medieval que aproveitou a presença desses batólitos para nele adossar as suas construções. É possível distinguir várias linhas de telhado, sistemas de tranca e de encaixe de portas e outros trabalhos de desbaste da pedra para apoio de paredes ou outras estruturas das habitações (Est. 5.1). Quer entre os vestígios do povoado, quer dentro da estrutura castelar à sombra do qual ele se ergueu, são abundantes os fragmentos de cerâmica medieval da época e de períodos seguintes.

Dos castelos que se ergueram ou reconstruíram pouco depois de 1064 no aro da cidade de Coimbra possuímos igualmente alguns testemunhos. Os mais significativos polarizaram-se em torno de duas estruturas: Soure e Penela.

Em Soure conservam-se as ruínas do castelo e, junto a ele, os Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Centro tiveram ocasião de escavar os alicerces de um templo que pode ser atribuível ao século XII. Trata-se da igreja de St.<sup>a</sup> Maria, atribuída por Nogueira Gonçalves ao ano de 1138, de que as escavações exumaram os seus alicerces, sem testemunhos de portal na parede Ocidental<sup>(58)</sup>.

O castelo de Soure desempenhou papel fundamental no processo da Reconquista da zona centro do País, desde 1064 até 1147, quando as conquistas de Santarém e Lisboa afastaram a linha de fronteira para junto do Tejo. Implantada junto da confluência de dois rios, o Arunca e o Anços, a fortaleza permitia o controlo da via de acesso a Coimbra e Montemor-o-Velho, desempenhando, portanto, papel estratégico importante. Os principais momentos da sua existência medieval encontram ecos na documentação da época<sup>(59)</sup>. Sabemos que recebeu foral em Junho de 1111<sup>(60)</sup> e que depois, em 1116, os seus moradores, face à progressão das forças muçulmanas, o incendiaram e abandonaram, refugiando-se em Coimbra. As forças muçulmanas devem ter passado por Soure já que, depois de cercarem e conquistarem Miranda do Corvo, se

(58) Cf. Artur Corte-Real, *Intervenção Arqueológica no adro do castelo de Soure*. Notícia, *Locus* 1, Coimbra 1986, 59-63; Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *op. cit.*, 1952, 214 e ss.

(59) Cf. Leontina Ventura, *Soure na sua História: Algumas Reflexões*, *Locus* 1, Coimbra 1986, 39-49; S/A, s.v. Soure, *G.E.P.B.*, 29, 737-746; Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, 4, *Distrito de Coimbra*. Lisboa 1952, 214-218; Henrique Barrilaro Ruas, *A Vida de S. Martinho de Soure como fonte de História das instituições eclesíásticas*, *Revista Portuguesa de História* 3 1947, 233-256.

(60) Cf. PMH, *Leges*, p. 357-358; DMP, DR 26.

dirigiram para o castelo de St.<sup>a</sup> Eulália, junto a Montemor-o-Velho, tomando-o de assalto <sup>(61)</sup>. O incêndio de 1116 e a passagem das forças muçulmanas devem ter determinado um profundo estado de ruína, mas não votaram Soure ao esquecimento. Poucos anos depois, em 1122, D. Teresa doou o seu castelo, sem dúvida ainda em ruína, ao conde Fernão Peres de Trava <sup>(62)</sup> e no ano seguinte ainda eram sensíveis os efeitos destrutivos dos eventos de 1116. Efectivamente, em 1123 D. Gonçalo Pais, bispo de Coimbra, doou uma igreja em Soure aos presbíteros Martinho e Mendo Árias, para que eles a reconstruíssem:

«... *ecclesiam qui ibi jacebat destructa reedificandam* ...» <sup>(63)</sup>.

A importância estratégica desta zona é sublinhada pela doação 19 de Março de 1128 <sup>(64)</sup>, pela qual D. Teresa entrega Soure aos Templários, uma medida de novo tomada por D. Afonso Henriques em 14 de Março de [1129-1130] <sup>(65)</sup>. A concessão de Soure e territórios envolventes aos freires do Templo pressagia a formação do vasto domínio dos Templários em torno de Pombal, Ega, Redinha, Soure, Tomar, Ceras, Zêzere e Almourol, uma área militarmente fundamental para a defesa de Coimbra, cuja importância estratégica o cerco muçulmano de 1190 veio demonstrar não se ter esgotado completamente com a conquista de Santarém e Lisboa de 1147 <sup>(66)</sup>.

Do Castelo de Soure restam vestígios significativos, muito embora fruto de diferentes épocas. A fortaleza foi erguida com um aparelho de construção mais irregular do que o que era comum na zona granítica, pelo que a sua análise levanta alguns problemas de interpretação delicados. Por isso, é difícil distinguir com segurança o que se pode atribuir ao tempo de D. Sesnando e o que é fruto das obras seguintes, sobretudo posteriores a 1116, sendo reconhecíveis várias ampliações que, partindo da estrutura sesnandina, devem corresponder a esses eventos. Na Torre de Menagem do castelo de Soure encontra-se reaproveitado um ajimez moçárabe, hoje mutilado no mainel e adaptado a padieira da porta de acesso que se abre no primeiro andar (Est. 5.2). São visíveis caules ondulantes de videira com folhas e cachos pendentes, que deveriam sair de um *cantharus* situado na zona do mainel <sup>(67)</sup>. Nos arranques laterais dos arcos ultrapassados foram iconografadas duas *patenas crismalis*. O ajimez de Soure apresenta características que o permitem incluir dentro do estilo moçárabe, podendo ser associado à estrutura militar erguida por Sesnando na segunda metade do século XI ou, mais provavelmente, ao cenóbio que foi erguido em Soure na primeira metade da centúria. Apesar de ser reconhecida a profunda receptividade que D. Sesnando demonstrava para com os valores moçárabes, somos mais inclinados, pelas características estilísticas da peça, a associar este ajimez aos inícios do século XI, uma época anterior ao seu governo à frente do território de Coimbra. De resto, o próprio programa iconográfico do ajimez adapta-se melhor a uma estrutura religiosa do que a uma estrutura militar. Parece, portanto, mais coerente associar o ajimez do castelo de Soure com o cenóbio da primeira metade da centúria cuja existência está documentada na doação de 1043. Através desse diploma o presbítero João, com seus irmãos Sesnando, Ordónio e Zalama, entregaram o mosteiro que haviam erguido em Soure ao mosteiro da Vacariça <sup>(68)</sup>. No entanto, no castelo de Soure não é este o único ajimez sobrevivente. Nos seus muros Sul e Leste encontram-se mais quatro ajimezes, de tipologia muito distinta, com uma decoração circunscrita a toreados e pontas de diamante que sublinham a curvatura dos seus arcos

<sup>(61)</sup> A *Chronica Gothorum* regista estes eventos: «*Era MCLIV [1116] Nonis Julii captum fuit castellum S. Eolalie a Sarracenis, quod est situm sub Monte Maiore, et captus fuit ibi Didacus cognomento Gallina, et magna captivitas christianorum inde translata est etiam ultra mare*» — cf. PMH, Script., p. 11. Sobre o castelo de St.<sup>a</sup> Eulália veja-se Pedro A. de Azevedo, O Castelo de Santa Eolália, AP 1.<sup>a</sup> Série 13 1908, 67-75.

Um eco dos eventos por que passou Miranda do Corvo nesse ano de 1116 encontra-se registado num documento de Julho de 1138, referente à igreja do «*castro Miranda*» que o presbítero Aires havia edificado e mantido «*inter multas adversitates sarracenorum ibidem tunc temporis omnia depopulancium*» (LP, 249).

<sup>(62)</sup> LP, 560; DMP, DR 63.

<sup>(63)</sup> LP, 241.

<sup>(64)</sup> Cf. DMP, DR 79.

<sup>(65)</sup> Cf. DMP, DR 96.

<sup>(66)</sup> Cf. Rui de Azevedo, Coimbra sob a ameaça de assédio na invasão sarracena de 1190, *O Instituto* 88 1 1934, 33-36.

<sup>(67)</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, Contribuição para o Estudo dos Testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-e-Minho, 1. Ajimezes, Gelasias e Modilhões de Rolos, *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, 1. Braga 1990, 122-123; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Arte da Alta Idade Média, *História da Arte em Portugal*, 2. Lisboa 1988, 43; D. Fernando de Almeida, Pedras Visigóticas em Soure, *Ethnos* 5 1966, 413-416.

<sup>(68)</sup> PMH, DC 327.

(Est. 6.1). Os ajimezes desta segunda fase, que são indiscutivelmente posteriores ao da Torre de Menagem, talvez possam ser associados ao governo de D. Sesnando, já que a sua tipologia os coloca na segunda metade do século XI, próximo dos finais da centúria. Deste modo, eles podem ajudar a definir a fase «sesnandina» do castelo de Soure, que seria constituída pelos muros Leste, Sul e Oeste da estrutura sobrevivente. A Torre de Menagem, implantada junto do encontro dos muros Sul e Oeste, é obra posterior, talvez da iniciativa dos Templários.

O castelo de Penela (Fig. 2) é a segunda fortaleza da área de Coimbra onde se documenta vestígios da época de D. Sesnando e, qualitativamente, onde estes se revestem de maior importância. A intervenção de D. Sesnando no castelo de Penela é-nos revelada pelo próprio Alvazil no seu testamento de 1087, onde declara que o povoara<sup>(69)</sup>. Começaremos por recordar sucintamente os principais momentos da vida desta fortaleza ao longo dos séculos XI e XII para depois passarmos à análise dos vestígios sobreviventes<sup>(70)</sup>. A passagem do testamento de D. Sesnando, que constitui a primeira referência documental para Penela, não permite saber quando teria sido conquistado o castelo, apenas nos garantindo de que foi antes de 1087 e que teria sido repovoado por vontade ou intervenção do Alvazil de Coimbra. Atendendo a que a sua reconquista não pode ser dissociada da de Coimbra, somos inclinados a colocar esses eventos em redor de 1064. No entanto, a sua implantação geográfica, como terra de fronteira, sempre sujeita às pressões das forças muçulmanas, não devia constituir grande incentivo para fixar o povoamento. Por isso, em Julho de 1137, D. Afonso Henriques outorgaria um foral, concedendo amplos privilégios que procuravam atrair e fixar povoadores para essa área estrategicamente fundamental<sup>(71)</sup>. A primeira metade do século XII assistiu, como bem sublinhou Salvador Dias Arnaut, à fragmentação do território de Coimbra e ao aparecimento de vários municípios — como os de Soure (1111), Miranda do Corvo (1136) e Penela (1137) — de menores dimensões, munidos de forais que procuravam dar resposta às necessidades de defesa dessas zonas fronteiriças instáveis e fixar populações. O diploma que D. Afonso Henriques assina em favor de Penela seria confirmado em 1217 por D. Afonso II<sup>(72)</sup>. É provável que, quando da investida muçulmana de 1116, o castelo de Penela tenha sido também afectado, tal como aconteceu com Miranda do Corvo e, indirectamente, com Soure, mas não temos comprovação documental<sup>(73)</sup>.

A localização geográfica do castelo de Penela desde cedo lhe conferiu uma importância estratégica na defesa dos acessos à cidade de Coimbra. Erguendo-se nas imediações de uma das vias mais percorridas pelas forças muçulmanas e cristãs, a via que facultava acesso de Coimbra a Pombal e Santarém trilhando uma zona que os documentos medievais designam por *Ladeia*, o castelo de Penela não conseguiria, no entanto, sustentar as razias muçulmanas, pelo que em 1142 D. Afonso Henriques mandou construir, sensivelmente a meio caminho entre Penela e Rabaçal, o castelo de Germanelo, implantado sobre a *Ladeia*. Esta decisão ficou registada na *Chronica Gothorum*:

«Era MCLXXX. idem Rex Portugallensium idem Rex D. Alfonsus cepit edificare castellum de Germanelo anno regni sui decimo quarto. Videns namque habitatores de Colimbria in timore ei tremore positos, nec ausos se extendere ad laborandum per suos terminos, videlicet Germanello,

(69) PMH, DC 677.

(70) Sobre Penela e o seu castelo veja-se Ricardo Simões dos Reis, *História, Archeologia e Crítica Literária. O Foral de Penela*. Coimbra 1887; Jamaut, *Monografia do Município Penelense*. Lousã 1915; Jorge Larcher, *Castelos de Portugal. II. Distrito de Coimbra*. Coimbra 1935, 365-397; Salvador Dias Arnaut, *Penela. Notas Acerca de um Centenário*. Coimbra 1937; Salvador Dias Arnaut, *Ladeia e Ladera. Subsídios para o estudo do feito de Ourique*. Coimbra 1939; Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal, 4, Distrito de Coimbra*. Lisboa 1952, 205-207; Salvador Dias Arnaut, *Penela na obra de dois escritores (Fernão Lopes e Eloy de Sá Sotto Mayor)*. Coimbra 1966; Salvador Dias Arnaut e Pedro Dias, *Penela. História e Arte*. Penela 1983; D.G.E.M.N., *Castelo de Penela, Boletim da DGMEN* 91.

Não conseguimos consultar Delfim José de Oliveira, *Notícias de Penela. Apointamentos Históricas e Archeológicas*. Lisboa, 1884, com aditamentos de 1886 e 1890.

(71) PMH, *Leges*, p. 374-376; DMP, DR 159. Para a cartografia do foral de 1137 veja-se o importante contributo para as identificações dos respectivos micro-topónimos em Salvador Dias Arnaut, *Ladeiae Ladera. Subsídios para o estudo do feito de Ourique*. Coimbra 1939, 23-33. As considerações de Ricardo Simões dos Reis, *História, Archeologia e Crítica Literária. O Foral de Penela*. Coimbra 1887, 12-15, não têm hoje qualquer validade.

(72) Cf. Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal, 4, Distrito de Coimbra*. Lisboa 1952, 205; Salvador Dias Arnaut, *Penela. Notas Acerca dum Centenário*. Coimbra 1937, 22.

(73) Cf. J. Larcher, *Castelos de Portugal. II. Distrito de Coimbra*. Coimbra 1935, 367; s/a, s.v. Penela, *G.E.P.B.*, 20, 975; Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal, 4, Distrito de Coimbra*. Lisboa 1952, 205.

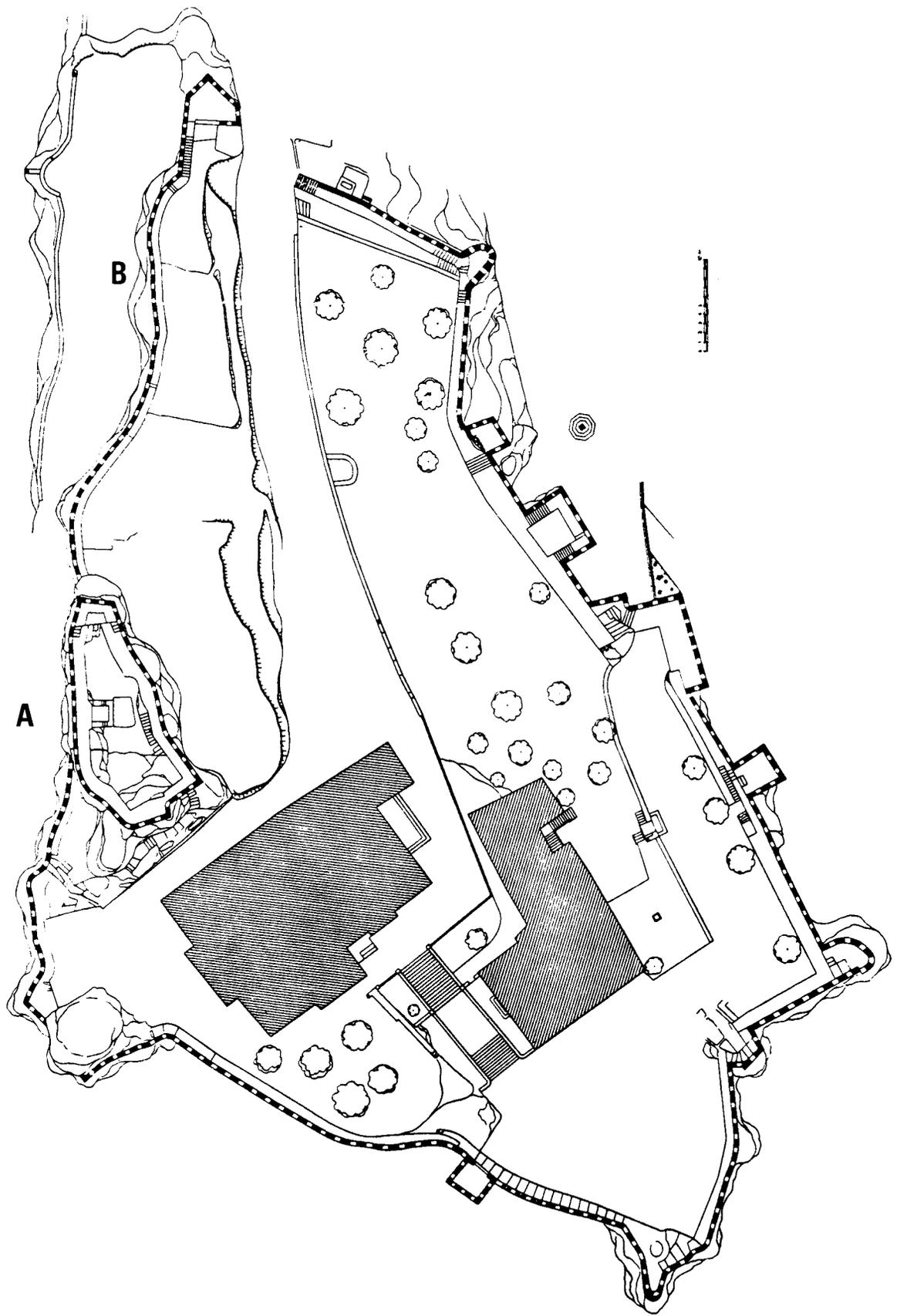


Fig. 2 — Castelo de Penela — Planta da D.G.E.M.N.  
A = Castelo de D. Sesnando;  
B = *Habitat* do Jardim das Lapas.

*Alvorge, et Atheania propter frequentes incursiones, et depredationes, que ibi quotidie fiebant a Sarracenis, iccirco visum est ei facere castellum illud in corde terre ad securitatem, et munimentum laborantium Christianorum, et detrimentum supervenientium latruncolorum Sarracenorum, posuit ibi milites qui custodirent illud, et essent tutamento, et defensionem Christianorum.»<sup>(74)</sup>*

Para fixar população junto do novo castelo o monarca outorga em [1142-1144] um foral onde concede amplos privilégios aos seus moradores<sup>(75)</sup>. A importância estratégica do castelo de Germanelo, e em parte do de Penela, haveria de decair com as conquistas de Santarém e Lisboa em 1147.

A instabilidade criada pelas frequentes incursões muçulmanas até aos campos de Coimbra, que justificou a iniciativa de D. Afonso Henriques de mandar edificar o castelo de Germanelo, ajuda também a compreender o aparecimento do foral de Penela em 1137. É também a mesma instabilidade que pode ajudar a explicar as múltiplas reformas que o castelo de Penela haveria de sofrer ao longo dos tempos, certamente ainda no reinado de D. Afonso Henriques e, conforme nos garantem algumas informações, em tempos seguintes. Vários autores referem obras nos reinados de D. Sancho I<sup>(76)</sup>, D. Dinis e D. João I, neste precisando o ano de 1413<sup>(77)</sup>. O castelo de Penela espelha bem as várias reformas que foi sofrendo ao longo dos tempos. No entanto, as vicissitudes por que passou não foram suficientes para apagar todos os traços da sua estrutura original, do tempo de D. Sesnando. Quem visitar o castelo de Penela depara, nos dias de hoje, com a cerca românico-gótica que, embora restaurada, se preserva bem conservada em quase toda a sua extensão. Nela se abriam três portas: a Porta da Vila, voltada a Poente, a Porta da Traição, rasgada a Noroeste, sobre uma zona de acesso difícil e acidentado, ambas ainda hoje sobreviventes, e a Porta do Relógio, demolida antes de 1760. Vários torreões de planta semi-circular e quadrangular, com acesso facultado a partir do adarve, completam a defesa da muralha. A cerca do castelo coroa um pequeno monte, apresentando boas condições de defesa, sobretudo graças aos desníveis significativos que se oferecem a Norte e Leste, sendo normalmente atribuída ao século XIV<sup>(78)</sup>. No interior amuralhado, ergue-se a Igreja de S. Miguel, já documentada em 1145<sup>(79)</sup>, mas profundamente remodelada no século XVI e seguintes<sup>(80)</sup>. Ao seu lado ergue-se a «Torre de Menagem», construção que merece análise mais detalhada. O *Inventário Artístico de Portugal* descreve-a nos seguintes termos:

«O pequeno castelejo (evolução da torre de menagem) levanta-se num penhasco aonde vão bater os panos de E. Pertence à reedificação do séc. XV, mostrando porta de arco quase equilátero e duas bombardeiras.»<sup>(81)</sup>

A expressão «castelejo», utilizada para classificar a «Torre de Menagem» (como prosaicamente assinala uma placa no local), é bem sintomática das dificuldades encontradas pelos autores para classificar a construção que coroa o mais alto afloramento do castelo de Penela. É que, na realidade, não se trata de uma vulgar Torre de Menagem, de planta quadrangular ou poligonal, erguida com paredes pétreas, com vários pisos e rematada por telhado. O morro calcário foi todo ele talhado artificialmente para dificultar o acesso, sendo criados desníveis verticais virtualmente intransponíveis, e no seu alto foi erguida uma pequena cerca

<sup>(74)</sup> PMH, Scrip., p. 14. Para o estudo do castelo de Germanelo cf. os importantes contributos de Salvador Dias Amaut, *Ladeia e Ladera. Subsídios para o Estudo do feito de Ourique*. Coimbra 1939, e O Castelo de Germanelo, *Anais da Academia Portuguesa de História* 2.ª Série 28 1982, 233-256. A notícia da Crónica dos Godos refere, para além do castelo de Germanelo, também as torres de Alvorge e de Ateanha.

<sup>(75)</sup> PMH, Leges, p. 432-433; DMP, DR 190; LP 577.

<sup>(76)</sup> Rui de Pina, *Crónica de D. Sancho I*, citado por Vergílio Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, 4, Distrito de Coimbra 1952, 206.

<sup>(77)</sup> J. Larcher, *Castelos de Portugal. II. Distrito de Coimbra*. Coimbra 1935, 369; Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, 4, Distrito de Coimbra. Lisboa 1952, 206.

<sup>(78)</sup> Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, 4, Distrito de Coimbra. Lisboa 1952, 206; Salvador Dias Amaut e Pedro Dias, *Penela. História e Arte*. Penela 1983, 38.

<sup>(79)</sup> Salvador Dias Amaut e Pedro Dias, *Penela. História e Arte*. Penela 1983, 40.

<sup>(80)</sup> Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, 4, Distrito de Coimbra. Lisboa 1952, 206; Salvador Dias Amaut e Pedro Dias, *Penela. História e Arte*. Penela 1983, 40.

<sup>(81)</sup> *Inventário Artístico de Portugal*, 4, Distrito de Coimbra. Lisboa 1952, 206. Salvador Dias Amaut e Pedro Dias, *Penela. História e Arte*. Penela 1983, 38, classificam de forma idêntica e declaram que «o que hoje se pode ver (do castelo de Penela) remonta somente aos séculos XIV-XV».

de configuração irregular que se adapta à morfologia da superfície disponíveis (Est. 6.2 e 7.1). No seu interior um pequeno pátio foi criado para regularização do afloramento e, sensivelmente a meio da sua extensão maior, junto do muro Leste, abriu-se uma ampla cisterna (Est. 7.2). Numa fase mais tardia a área desse depósito seria reduzida a metade pela inclusão de um murete onde se aplicaram argamassas para garantir a impermeabilização indispensável <sup>(82)</sup>. A construção não obedece, portanto, aos princípios que definem uma Torre de Menagem, muito embora deva ter sido assim utilizada após a reforma românica do castelo de Penela. Na sua origem, o «castelejo» constituía uma fortaleza autónoma, um verdadeiro castelo, onde não faltavam vários componentes comuns à sua época: o circuito amuralhado, o pátio descoberto e a cisterna. Na realidade, a «Torre de Menagem» do castelo de Penela não é mais do que a memória do castelo de D. Sesnando, reconstruído ao longo das épocas mas preservado em toda a sua configuração original, facto que tem passado despercebido aos olhos de todos quantos se debruçaram sobre esta importante fortaleza. É certo que a maior parte do aparelho de construção que ali se pode observar remonta aos tempos da Baixa Idade Média, tal como o recomendam as suas seteiras cruciformes com troeiras, circulares e autónomas abertas pouco abaixo. No entanto, não podemos deixar de sublinhar que na vertente oposta à entrada, que se ergue sobre o Jardim das Lapas, se podem observar vestígios de uma fase anterior, com aparelho de construção muito diferente, que se podem detectar em outras zonas. Apesar de tudo, as reconstruções dos muros não vieram desvirtuar o espaço do castelo de D. Sesnando, que se preserva intacto.

O acesso ao castelo de D. Sesnando fazia-se, então como hoje, através de um estreito caminho talhado no afloramento calcário onde, para vencer os desníveis, foram criados diversos degraus. O acesso é delimitado de um dos lados pelo afloramento talhado a pique à maneira de parede e coroado pelo castelo e, do outro, por desníveis igualmente verticais. Do adarve do castelo era possível, sem qualquer dificuldade, fazer tiro vertical sobre praticamente todo o itinerário de acesso, facilitando a defesa da praça. Ao cimo deste íngreme acesso depara-se uma porta de arco apontado totalmente reformulada em época gótica, como o garante a sua tipologia e as siglas de pedreiro visíveis em alguns silhares. É provável que a largura do caminho de acesso tenha sido reduzida com obras posteriores, que vieram alargar o adro da Igreja de S. Miguel. Essa interpretação parece ser recomendada pela implantação de três sepulturas escavadas na rocha que, juntamente com outras duas, mais arredadas, testemunham uma outra faceta da vida do castelo de Penela no tempo de D. Sesnando.

Efectivamente, bordejando o acesso ao castelo de Penela encontramos três sepulcros rupestres antropomórficos, que documentam a presença ancestral do templo dedicado a S. Miguel. Eles implantam-se no seu adro que, na altura, não devia ter uma regularidade tão grande como vemos hoje. A necrópole era, sem dúvida, mais extensa, mas as reconstruções do século XV-XVI, que reformularam totalmente o templo medieval, vieram destruir a maior parte dos testemunhos deste cemitério cristão do século XI quando se alargou o adro do novo templo e se talhou o afloramento para regularizar o solo. Restam apenas os cinco monumentos já referidos, três a uma cota superior, bordejando o caminho de acesso ao castelo, e dois mais afastados. Os três enterramentos implantados junto do caminho ostenta as seguintes características:

Sep. 1 — Monumento antropomórfico, apresentando cabeceira de arco peraltado e largo rebordo para encaixe da tampa. Esta excederia em cerca de 27 cm a largura máxima do moimento. Possui os seguintes valores metrológicos:

Comp. total: 195 cm  
Larg. máxima: 46 cm  
Orientação: 250°

Sep. 2 — Monumento antropomórfico com cabeceira trapezoidal. Apresenta os seguintes valores metrológicos:

Comp. total: 185 cm  
Larg. máxima: 48 cm  
Orientação: 240°

<sup>(82)</sup> Junto dos ângulos definidos pelo encontro do murete com o afloramento talhado ainda é perceptível a utilização da solução da «meia-cana», tão comum em construções termiais romanas, e que reforça a ideia de que a cisterna, quando foi reduzida a cerca de metade da sua capacidade, continuou a ser utilizada para arrecadar água. Depois de incluído o murete, a cisterna ficou dividida em duas áreas, a voltada a Norte com 185 x 175 cm, a voltada a Sul com 230 x 310 cm. Nesta, a profundidade actual atinge os 240 cm.

Sep. 3 — Monumento truncado na zona da cabeceira, pelo que apenas é possível tomar medidas até à zona dos «ombros»:

Comp. máximo: 177 cm

Larg. máxima: 44 cm

Orientação: 270°

Não muito longe destas sepulturas rupestres, a Oeste, ao nível do actual adro do templo de S. Miguel, encontramos mais dois sepulcros, com as seguintes características:

Sep. 4 — Monumento muito deteriorado pelo desgaste devido à circulação no adro, com as seguintes medidas:

Comp. total: 193 cm

Larg. máxima: 45 cm

Orientação: 240°

Sep. 5 — Enterramento de criança ou adolescente, não-antropomórfico, de planta ovalada, aberto nas imediações da sep. 4 e apresentando como medidas:

Comp. total: 110 cm

Larg. máxima: 32 cm

Orientação: 240°

A presença desta pequena necrópole rupestre não permite, pela sua reduzida extensão, que se retirem grandes ilações. No entanto, ela não deixa de retratar a presença de uma pequena comunidade junto do castelo de Penela no século XI, de cujos vestígios do *habitat* trataremos mais adiante. As sepulturas devem ter sido abertas de acordo com a orientação solar, em diferentes momentos do ano, conforme recomendam as orientações que apresentamos e que foram obtidas a partir do eixo central do sepulcro. Por outro, não deixa de ser interessante sublinhar a presença de um enterramento de criança ou adolescente, o que corrobora que não se trata apenas de enterramento de membros da guarnição do castelo de D. Sesnando mas sim de elementos da população que se abrigou junto da silhueta protectora do castelo cristão. Curiosamente, este enterramento é o único que não utiliza solução antropomórfica, optando por contorno ovalado, tal como Alberto del Castillo e outros autores tiveram oportunidade de detectar em algumas das grandes necrópoles espanholas <sup>(83)</sup>. A tipologia das soluções de cabeceira deste pequeno núcleo apresenta alguma diversidade, utilizando soluções de arco ultrapassado ou de arco peralto. A utilização da solução antropomórfica e a sua associação, na sepultura n.º 1, a um pronunciado sistema de encaixe de tampa, recomendam a sua classificação dentro do século XI, sendo perfeitamente compatível com a referência de D. Sesnando exarada no seu testamento <sup>(84)</sup>.

Junto do início do acesso rupestre ao castelo de D. Sesnando são visíveis outros trabalhos de talhe artificial do afloramento para implantação de, pelo menos, uma casa (Est. 7.1). Podemos observar diversas plataformas artificiais talhadas no calcário que serviram de piso aos compartimentos da habitação. No entanto, no actual estado de preservação torna-se difícil interpretar estes vestígios, que podem corresponder a uma ou mais habitações. O seu posicionamento face à muralha românico-gótica é também ambíguo, mas, se as reconstruções da DGEMN estão correctas, parece recomendar que a estrutura seja anterior à construção da cerca, tendo então sido destruída no todo ou em parte.

Não muito longe destes vestígios, nas traseiras da capela-mor da igreja de S. Miguel, tivemos oportunidade de identificar um pequeno fragmento de colunelo manuelino, em calcário, com estrias helicoidais duplas separadas por cordão de pérolas (Est. 8.1) <sup>(85)</sup>. A cronologia deste fragmento, que pertence

<sup>(83)</sup> No entanto, nas necrópoles de Moreira de Rei e de Trancoso, que já tiveram oportunidade de referir, encontram-se enterramentos de crianças com contorno plenamente antropomórfico. Eles sublinham, afinal, que neste domínio as «regras» apresentam sempre demasiadas excepções.

<sup>(84)</sup> Sobre a problemática dos enterramentos rupestres e sua cronologia, cf. Mário Jorge Barroca, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*. Diss. policopiada apresentada à F.L.U.P. no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Porto 1987, 103-175, onde se encontra referida outra bibliografia pertinente.

<sup>(85)</sup> Há colunelos de tipologia igual em vários monumentos manuelinos, entre os quais se pode contar o Claustro Real do Mosteiro da Batalha, cujo preenchimento dos arcos foi executado no reinado do Venturoso (Cf. Vergílio Correia, *Mosteiro da Batalha*, Porto 1929, 45 e fig. nas pp. 24 e 39; Pedro Dias, *O Gótico, História da Arte em Portugal*, 4. Lisboa 1986, 71).

aos inícios do século XVI, afasta a possibilidade de ele poder ser associado às obras que o Infante D. Pedro mandou proceder no templo de S. Miguel <sup>(86)</sup>. Deste modo encontra-se também afastada a possibilidade de ele ter integrado os paços sobradados que se erguiam no interior do castelo e onde se instalou por diversas ocasiões o Infante D. Pedro <sup>(87)</sup>. Somos, deste modo, inclinados a pensar que ele deveria fazer parte das obras de reconstrução da Igreja de S. Miguel, que como vimos sofreu profunda remodelação no século XVI.

A referência aos paços do castelo de Penela chama a atenção para um aspecto interessante de fortaleza: o da presença de habitações no seu interior. A perspectiva que hoje temos do castelo, com amplos espaços livres, não condiz com que ele deve ter sido durante os tempos medievais. De resto, já em 1145 temos notícia da presença de casas no interior do castelo <sup>(88)</sup>, o que se revela um dado importante porque nos demonstra como, ao chegar aos meados do século XII, já o castelo de Penela possuía cerca românica, abrangendo uma área maior do que a do castelo de D. Sesnando, onde o espaço era demasiado exíguo para se erguerem casas. O *habitat* que se desenvolve associado ao castelo de Penela no século XI devia localizar-se fora dos seus muros. Já tivemos oportunidade de referir curiosos testemunhos da presença de casas junto do acesso ao castelo sesnandino, que para a sua construção se socorreram de trabalhos de talhe do afloramento calcário para regularizar os seus pisos. Fora do castelo de Penela encontramos outros testemunhos de um *habitat* parcialmente rupestre (Est. 8.2). Trata-se do Jardim ou Quintal das Lapas — micro-topónimo de resto bem elucidativo — que se desenvolve à sombra do castelo, numa plataforma calcária de exíguas dimensões. Aí podem-se observar vestígios importantes de um habitat parcialmente escavado na rocha. São visíveis os negativos de várias linhas de telhado gravadas no calcário, onde se podem distinguir dois telhados em duas águas e um sistema de cobertura plano, com um total de dez orifícios quadrangulares para encaixe dos vigamentos. Associados a este último telhado encontram-se uma série de estruturas escavadas no próprio afloramento calcário, aproveitando o espaço definido por uma lapa e ampliando-o. Entre as estruturas sobreviventes pode-se identificar uma prensa de lagar. A datação deste *habitat* oferece alguns problemas já que os dados cronológicos que ele fornece são muito limitados. No entanto, e atendendo ao que conhecemos para o século XI, seríamos tentados a associar as suas origens a essa centúria e aos tempos de D. Sesnando, sem prejuízo de ele ter sido ocupado em tempos mais recentes. São muito escassos os elementos de que dispomos em Portugal sobre o *habitat* medieval e sobretudo sobre o *habitat* no século XI. Apesar de tudo alguns paralelos podem ser evocados. Os mais importantes são os complexos rupestres de Gião, Candemil e Anciães todos implantados no vale do rio Marão (concelho de Amarante), integrados por numerosas estruturas rupestres que aguardam um estudo à altura da sua importância <sup>(89)</sup>. Alguns autores interpretaram estas estruturas como sendo eremitérios, opinião que não perfilhamos sobretudo por dois tipos de argumentos: primeiro pelo elevado número de estruturas rupestres, pouco consentâneo com a prática eremítica, e em segundo lugar porque no núcleo do Gião se podem identificar dois templetos, sintomáticos de que as restantes estruturas seriam utilizadas para fins civis. A cronologia dos núcleos rupestres do Gião é reforçada precisamente pela presença de uma magnífica cruz pátea, pré-românica, rebaixada num desses templetos. O segundo paralelo português que poderia ser aqui evocado é, precisamente, o dos vestígios do habitat de S. Martinho de Mouros que já tivemos oportunidade de referir, implantado a meia encosta do monte do castelo que Fernando o Magno conquistou em 1058 e que seria entregue, em 1064 ou 1065, ao conde D. Sesnando. Muito embora a dureza do granito não tinha possibilitado a criação de estruturas

<sup>(86)</sup> O Infante D. Pedro foi senhor de Penela, tendo obtido, em 1433, carta de D. Duarte para a realização de feira franca em S. Miguel. Durante a sua regência assinou novo diploma, em 1440, que autorizava a realização de outra feira em Penela, pelo S. Sebastião (Cf. Virgínia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas*. 2.ª Ed., Lisboa 1982, 145-146). A posse de Penela seria confirmada por D. Afonso V em 17 de Agosto de 1447 (Cf. Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, 1. Coimbra, 2.ª ed., 1979, 256-257). O castelo de Penela esteve, de resto, ao lado do Infante D. Pedro durante a crise que culminaria na Batalha de Alfarrobeira, juntamente com as restantes fortalezas do Ducado de Coimbra (Coimbra, Montemor-o-Velho e Lousã). Era então seu Alcaide Rui Gomes de Azevedo (Cf. Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, 1, Coimbra, 2.ª ed., 1979, 415 e 418).

Terminado o conflito, as suas populações seriam perdoadas por D. Afonso V por carta de 8 de Abril de 1452 (Cf. Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, 1, 618).

Não foi este o único momento de crise em que a fortaleza se viu envolvida nos finais da Idade Média, já que em 1383-85 Penela fora uma das praças a tomar o partido de Castela (Cf. Fernão Lopes, *Crónicas de D. João I*, 1, 117).

<sup>(87)</sup> Nomeadamente em 27 de Junho e 28 de Julho de 1446 e em Abril de 1449 (Cf. Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, 1979, 1, 252 e 352). Os «paços sobradados» do castelo de Penela são referidos por A. H. Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa, 3.ª ed., 1974, 72.

<sup>(88)</sup> Cf. Salvador Dias Amaut e Pedro Dias, *Penela. História e Arte*. Penela 1983, 40.

<sup>(89)</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, As sepulturas rupestres de Salvador do Monte (Amarante), *Entremuros* 1, Amarante 1990, 36.

rupestres, o habitat de S. Martinho de Mouros revela uma opção semelhante ao exemplo de Penela: localizado junto do castelo e aproveitando os afloramentos para neles encaixar ou adossar as suas construções, não se esquivando a trabalhos de talhe desses afloramentos para melhor alcançar os seu objectivos. A opção por habitats rupestres nestes conturbados tempos de período da Reconquista não é, de resto, exclusiva da área portuguesa <sup>(90)</sup>.

Pela qualidade de dados que nos faculta e pela rica problemática que eles encerram, o exemplo do castelo de Penela revela-se notável a vários níveis, merecendo que se lhe reserve, de ora em diante, um lugar de destaque entre os estudos de Castelologia Medieval Portuguesa.

Os fins do século XI ficaram igualmente assinalado por importantes inovações no Entre-Douro-e-Minho. A acção do homem e do tempo encarregou-se de ir destruindo, um após outro, quase todos os vestígios dessa época, mas em duas estruturas de grande importância para a Castelologia portuguesa — o Castelo de Lanhoso e o Castelo de Guimarães — sobrevivem testemunhos dessa época que importa abordar aqui.

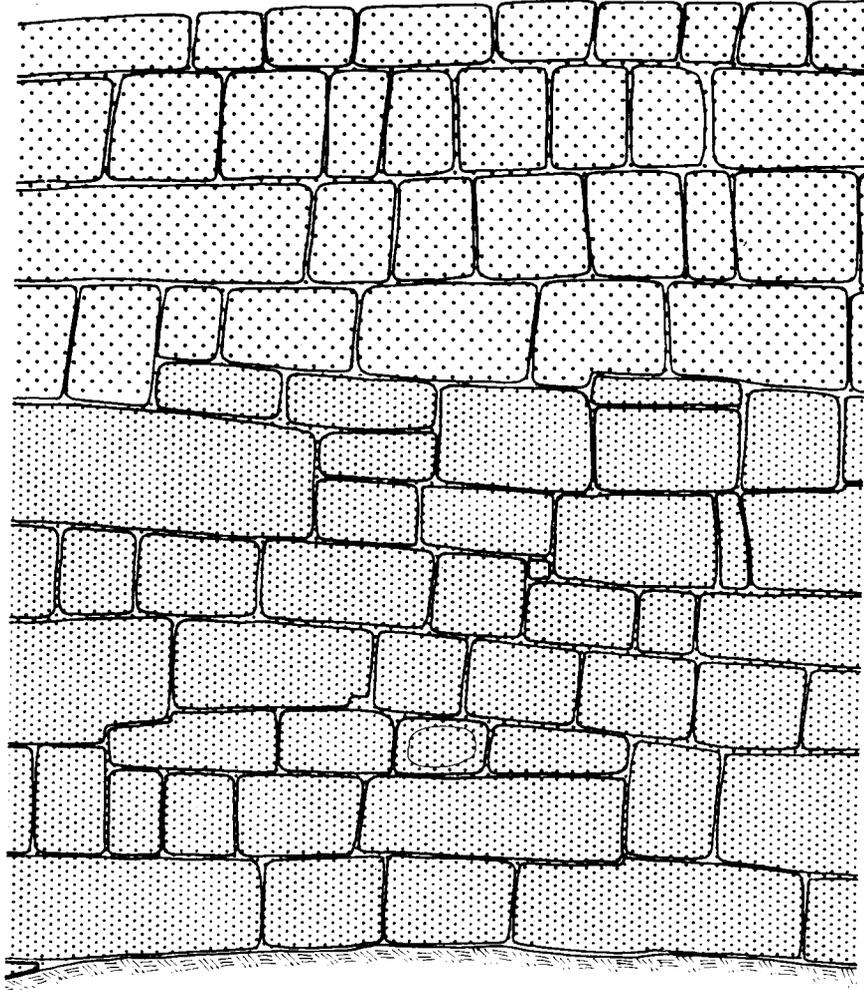
O Castelo de Lanhoso é um dos mais imponentes castelos portugueses no que diz respeito à sua implantação <sup>(91)</sup>. Erguido no alto do maior afloramento granítico português, apresentava, nos tempos medievais, um acesso difícil e ímpar entre os nossos castelos. Uma escadaria talhada no próprio afloramento, estreita e sinuosa, possibilitava um único itinerário de acesso que era facilmente controlado a partir das defesas que coroavam o afloramento. Os muros do Castelo de Lanhoso apresentam quatro fases distintas: uma pré-românica, outra proto-românica, uma terceira da Baixa Idade Média e, por fim, a reconstrução lavada a cabo pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A fase mais antiga, pré-românica, encontra-se representada por um aparelho de construção não-isódomo, com silhares de dimensões muito diversas e ostentando múltiplos «cotovelos», entalhes rectangulares para a articulação com outros silhares (Fig. 3). Algumas dessas pedras apresentam almofadado, num ou noutro caso acompanhados de «cotovelos». O almofadado de Lanhoso, que inclui alguns silhares de dimensões reduzidas, não deve resultar do reaproveitamento de materiais romanos, provenientes do castro que se implantava a meia encosta, mas antes ser a consequência de revivalismos classicistas que então se verificam. A planta definida por este aparelho (Fig. 4) concorda em quase toda a extensão com o perímetro do actual castelo, mas na fachada principal, onde hoje se ergue a Torre de Menagem, tinha uma organização distinta. Essa fachada, voltada a Leste, possuía originalmente três torreões equidistantes. Deles apenas sobrevivem dois — o Norte reduzido ao seu alicerce e o Sul parcialmente embutido na Torre de Menagem. A construção da Torre de Menagem veio destruir esta organização e plantar-se sobre o torreão central, destruindo-o na sua quase totalidade. Apenas são visíveis ténues vestígios, de difícil identificação já que se procedeu ao desmonte dos seus cunhais. Na base desses três torreões pré-românicos desenvolve-se, ainda hoje, uma larga sapata que acompanhava o contorno dessas construções, não se desenvolvendo muito em altura. Nas restantes zonas o castelo pré-românico devia acompanhar quase todo o perímetro actual, como nos garante a existência de trechos do mesmo tipo de aparelho junto da base dos muros. Apenas no arranque do muro do Norte ele erguia-se um pouco mais recuado, conforme se pode documentar pelos alicerces sobreviventes. Também o torreão direito, que defende e enquadra a porta de acesso, era um pouco mais largo do que se pode ver hoje, depois dos trabalhos de restauro. No pátio interior desenvolviam-se construções de que restam pilares adossados ao pano Norte da muralha, onde se podem observar dois curiosos relevos pré-românicos.

No último quartel do século XI o castelo de Lanhoso sofreu uma importante reforma, de que nos restam vestígios nos seus muros e uma inscrição revelando a intervenção do Bispo D. Pedro, de Braga.

<sup>(90)</sup> Cf. José Avelino Gutierrez Gonzalez, *Habitats Rupestres altomedievales en la Meseta Norte y Cordillera Cantábrica*, sep. *Estudios Humanísticos* 4, Universidad de Leon 1984.

<sup>(91)</sup> Sobre o castelo de Lanhoso veja-se D.G.E.M.N., Castelo de Lanhoso, *Boletim da DGEMN* 29 1942; Leonídio de Abreu, O Castelo de Lanhoso, *Silva Minhota*, Braga 1956, 143-146; Fernando Castelo Branco, Castelo da Póvoa de Lanhoso, *Mensário das Casas do Povo*, Ano XVI, 181 Julho 1961, 14-16; Manuel Artur Norton, O Castelo de Lanhoso, *Actas do I Congresso dos Monumentos Militares Portugueses* Lisboa 1982, 108-114. Sobre a ocupação castreja a meia encosta, posta em evidência com os restauros da DGEMN, veja-se Carlos Teixeira, Os torques do castro de Lanhoso (Póvoa-de-Lanhoso), sep. de *Anais da Faculdade de Ciências do Porto* 24 1939; idem, Notas Arqueológicas sobre o castro de Lanhoso, sep. de *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* IX 1940; idem, O Castro de Lanhoso e o seu Espólio, *Actas do Congresso do Mundo Português*. 1 Lisboa 1940, 517/529.

Temos em preparação, desde 1985, um trabalho monográfico sobre o Castelo de Lanhoso e a sua Terra, em colaboração com os Drs. Armandino Cunha e Joel Cleto.



### Castelo de Lanhoso

-  FASE DO BISPO D. PEDRO (1070 - 1091)
-  FASE PRÉ-ROMÂNICA
-  AFLORAMENTO

Fig. 3 — Castelo de Lanhoso — Análise do aparelho de construção do torreão Oeste da Porta de Entrada.

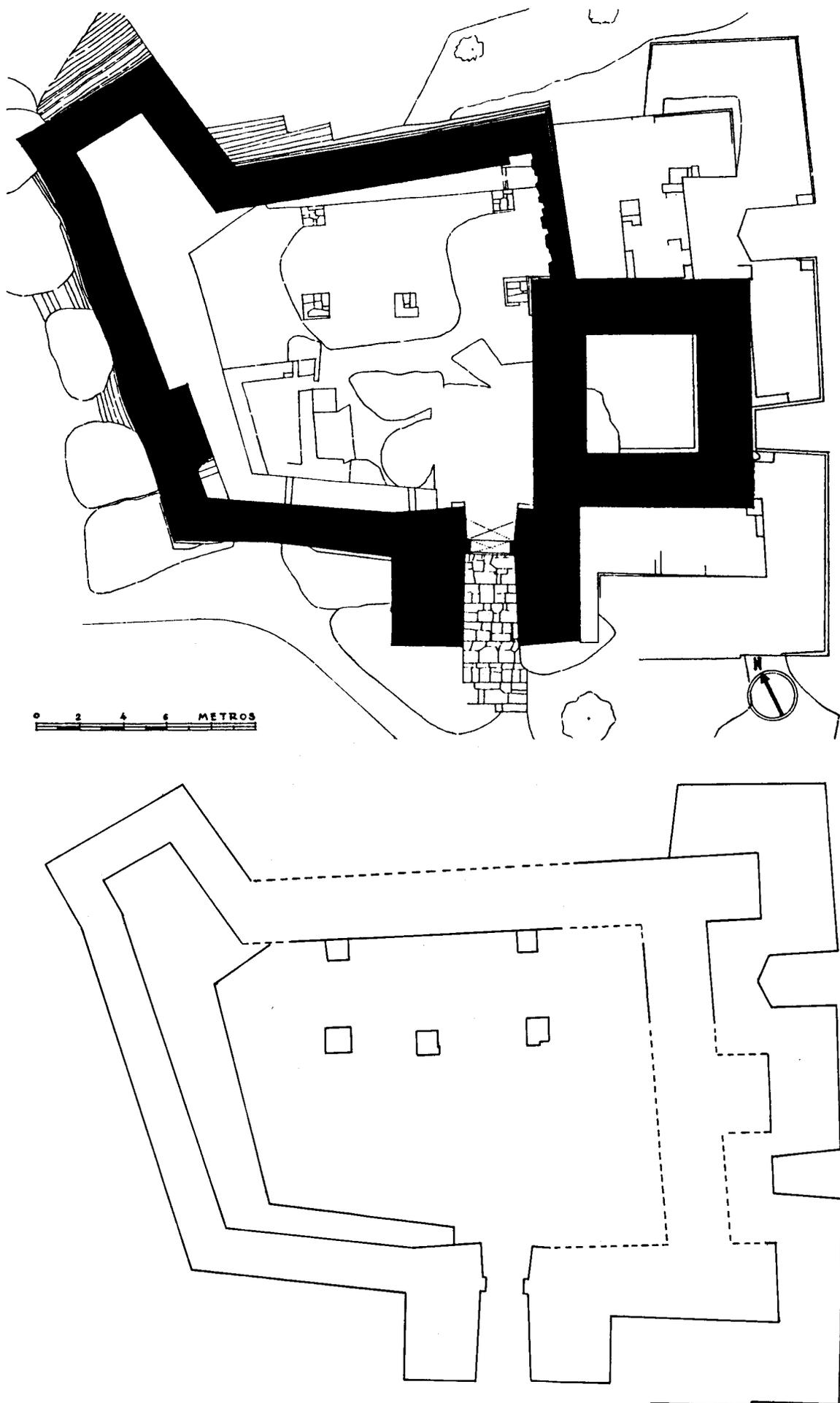


Fig. 4 — Castelo de Lanhoso. Em cima, planta da D.G.E.M.N.; em baixo, reconstituição das fases pré-românica e do Bispo D. Pedro.

Esta inscrição, apesar do lacolismo do seu texto, revela-se de grande importância pois permite datar a reforma. Foi gravada num silhar na parede Leste do torreão que ladeia pela esquerda a porta de acesso, e nela se pode ler:

PETRUS AEP (iscopu) S

Ela assegura-nos, portanto, a intervenção do Bispo D. Pedro, o restaurador da Diocese de Braga, que se manteve à frente dos destinos diocesanos entre 1070 e 1091 <sup>(92)</sup>. Esta referência torna-se importante não só por nos testemunhar o empenho do Bispo de Braga nos destinos de uma fortaleza erguida junto do seu aro urbano, e que lado a lado com outras integrava a coroa defensiva da cidade episcopal, mas também por permitir datar a técnica de construção. O silhar onde o Bispo D. Pedro mandou gravar o testemunho da sua presença sobreviveu até aos nossos dias por um feliz acaso. Da sua reforma sobreviveram escassas fiadas de pedras e, logo ao lado do silhar epigrafado, iniciava-se o desmonte provocado pelos séculos de abandono. Assim, o silhar epigrafado assinala o fim da zona original e ao seu lado arranca a reconstrução da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. No entanto, as fotografias publicadas no Boletim do seu restauro asseguram-nos que ele se conserva *in situ* <sup>(93)</sup>. O aparelho de construção dessa reforma apresenta características que não permitem que seja associado ao Pré-Românico (Fig. 3). A primeira fiada de pedras da intervenção dos fins do século XI teve como preocupação regularizar a linha superior desses silhares e as fiadas que se seguem obedecem a um aparelho de construção pseudo-isódomo. Por isso, a intervenção do Bispo D. Pedro deverá ser classificada como Proto-Românica. Alguns silhares apresentam mesmo o característico desvio das juntas verticais, que nem sempre são paralelas entre si. A reforma do Bispo D. Pedro no castelo de Lanhoso respeitou a planta da fortaleza Pré-Românica, ignorando ainda a Torre de Menagem, que apenas seria incluída em Lanhoso com a reforma românica, nos fins do século XII ou mesmo já no século XIII, quando a fortaleza já era cabeça de *Terra*.

O Castelo de Guimarães, fundado por Mumadona Dias, constitui uma das mais poderosas imagens de um castelo medieval para os portugueses, em grande parte pela sua associação com as origens do reino. Apesar de emblemático, o castelo de Guimarães, referido em tantos trabalhos, continua a aguardar um estudo à sua altura, reservando surpresas a quem sobre ele incidir os seus estudos <sup>(94)</sup>. A primeira referência documental remonta a 957, quando se indica que o cenóbio de Guimarães «*est fundata [sic] ad radice montis latito*» <sup>(95)</sup>, mas já tivemos oportunidade de realçar que o documento mais importante data de 968, altura em que a condessa, ao doar o castelo de S. Mamede ao mosteiro de Guimarães, declara que tinha erguido a fortaleza para defesa daquela instituição religiosa:

«... *laboravimus castellum quod vocitant sanctum mames in locum predictum alpe latito quod est super huius sancto cenobio ...*» <sup>(96)</sup>.

Não deixa de ser curioso que, como chamou a atenção Carlos A. Ferreira de Almeida <sup>(97)</sup>, a condessa tenha utilizado a expressão «*laboravimus*», sugerindo que parte das obras realizadas para erguer a fortaleza podiam ter consistido em trabalhos de desaterro. Por outro lado, e de acordo com o que tivemos oportunidade de analisar através dos castelos da condessa D. Flamula, coevos do de Guimarães, a expressão «*castelum*» pode indicar que se tratava de uma simples torre defensiva erguida em pedra, por certo sobre a colina onde se tinham procedido a desaterros, e não necessariamente de um castelo com cerca muralhada. Do *castellum* de Mumadona Dias não restam vestígios. No entanto, o actual Castelo de Guimarães, que resulta maioritariamente das reconstruções do século XIII e seguintes, apresenta restos de uma fase anterior que,

<sup>(92)</sup> Cf. Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, I. Coimbra 1959, 26-30 e 249.

<sup>(93)</sup> Cf. DGEMN, Castelo de Lanhoso, *Boletim da DGEMN*, 29 1942, fig. 24.

<sup>(94)</sup> Sobre o Castelo de Guimarães veja-se, p. ex., Luís de Pina, *O Castelo de Guimarães*. Gaia 1933, e, se bem que de muito menor valia, Alfredo Guimarães, *O Castelo e as Muralhas de Guimarães. Notícia Histórica*. Porto 1940; A. L. de Carvalho, *Castelo de Guimarães. Sua História Dramática e Militar*. Guimarães 1937. A reconstrução da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais encontra-se documentada no vol. 8 do *Boletim da DGEMN*.

<sup>(95)</sup> PMH, DC 71; VMH, 8.

<sup>(96)</sup> PMH, DC 97; VMH, 14.

<sup>(97)</sup> Carlos Alberto F. de Almeida, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das Origens a 1220*. Porto 1978, 51.

pelas características construtivas, deve ser incluída nos fins do século XI ou, quando muito, nos inícios da centúria seguinte e que poderá, portanto, ser contemporânea do Conde D. Henrique (Fig. 5 e Est. 9). Esses testemunhos, que passaram despercebidos até hoje (\*), localizam-se na zona de entrada do castelo, sendo necessário ultrapassá-los para se aceder ao seu interior. O pouco que sobrevive não permite saber qual a configuração que teria esse primeiro castelo com pátio muralhado no *Mons Latito*, definindo apenas uma parede arqueada com pronunciada sapata. São visíveis cinco fiadas de silhares de granito de grandes dimensões numa construção isódoma onde já não têm lugar os entalhes em forma de cotovelo tão característicos do pré-românico. A sua obra pode ser considerada românica, embora a ocorrência em alguns silhares de juntas verticais levemente divergentes, sintoma de arcaísmo, recomende a sua inclusão dentro da primeira fase, ainda num momento de afirmação de novo estilo e forma de construir. A planta destes testemunhos de Guimarães demonstram que a solução arquitectónica utilizada nessa zona era diferente de que se construiu posteriormente. A parede arqueada parece excluir a presença dos torreões que ladeiam a porta. No entanto, toda esta zona deveria funcionar como um bastião avançado, encaixado entre afloramentos graníticos, já que possuímos em ambas as extremidades os cunhais que a delimitam. A Sul, a parede recuada continua por alguns metros, acabando por ser absorvida na base dos muros do actual castelo. A forma como se interceptam os silhares desta fase antiga e da reconstrução atribuída a D. Dinis não deixa lugar a dúvidas sobre a anterioridade dos testemunhos que vimos a referir.

O incremento que a empresa da Reconquista Cristã registou a partir dos inícios da segunda metade do século XI, sobretudo desde as campanhas de Fernando o Magno, foi acompanhado de perto por importantes mudanças ao nível das estruturas administrativas e militares. A organização do território em *civitas*, que Afonso III implementara a partir da passagem do 3.º para o 4.º quartel do século IX, revelava-se inoperacional face aos novos condicionalismos geo-estratégicos. Não só a área das suas principais *civitates* (Anegia e Santa Maria) deixara de ser uma zona de fronteira, como os novos condicionalismos militares impunham a necessidade de se estruturar a defesa em áreas menores entregues a um governo mais personalizado. Essa reforma ocorreria ainda no reinado de Fernando o Magno, certamente nos últimos anos, ou pouco depois da sua morte, ocorrida em 1065.

Os dados documentais não permitem uma delimitação cronológica muito precisa para esta reforma mas apontam claramente para uma franja cronológica que se estende por toda a segunda metade do século XI. Começam então a surgir na documentação medieval as referências às *terras*, novas unidades administrativas e militares, em relação às quais se precisa a localização geográfica de propriedades e povoações. O estudo desta fase de transição encontra dificuldades em dois níveis. Primeiro na descontinuidade da documentação sobrevivente, que regista grandes lacunas geográficas e não permite estudar com igual grau de profundidade todas as áreas do território nacional até então reconquistado. Uma segunda dificuldade verifica-se na ambiguidade da nomenclatura utilizada nesses diplomas, onde uma vez mais surgem indistintamente os termos *territorium* e *terra* para designar mesma realidade, sendo o segundo termo, mais elucidativo, apenas excepcional e na maior parte dos casos tardio. No entanto, a diferença é perceptível na menor extensão geográfica que esses territórios passam a abranger. A emergência desta nova organização territorial ao longo da segunda metade do século XI torna-se evidente no Quadro 1 onde se registam as primeiras referências documentais para diversas *terras* medievais portuguesas. Importa sublinhar que o aparecimento das *terras* não foi fruto de uma medida única do poder real, que instituisse num mesmo momento a totalidade dos territórios referidos. Pelo contrário, o advento das *terras* foi um processo longo e descontínuo, que se foi operando ao ritmo das necessidades locais. Por isso, nestes primeiros exemplos a cartografia da sua área geográfica afigura-se tarefa ingrata já que a extensão territorial nem sempre apresenta grande coesão. Não raro vemos territórios imbrincarem-se dentro do âmbito geográfico de outros e a escassez de referências documentais dificulta a definição precisa das fronteiras. De resto, a própria noção de fronteira entre os diferentes territórios deveria ser um conceito muito difuso.

As *Terras* eram unidades territoriais com uma área muito menor que as *civitates*, e tinham à frente dos seus destinos militares um castelo de que era *tenente* um elemento da nobreza local. O advento desta nova organização seria, acompanhado de perto pelo fim do 1.º Condado Portucalense, que se encerra em

(\*) Apenas Luís de Pina, *O Castelo de Guimarães*. Gaia 1933, e a D.G.E.M.N., no *Boletim da DGEMN*, n.º 8, registaram a sua presença na planta que elaboraram, muito embora não tenham valorizado devidamente esse testemunho.

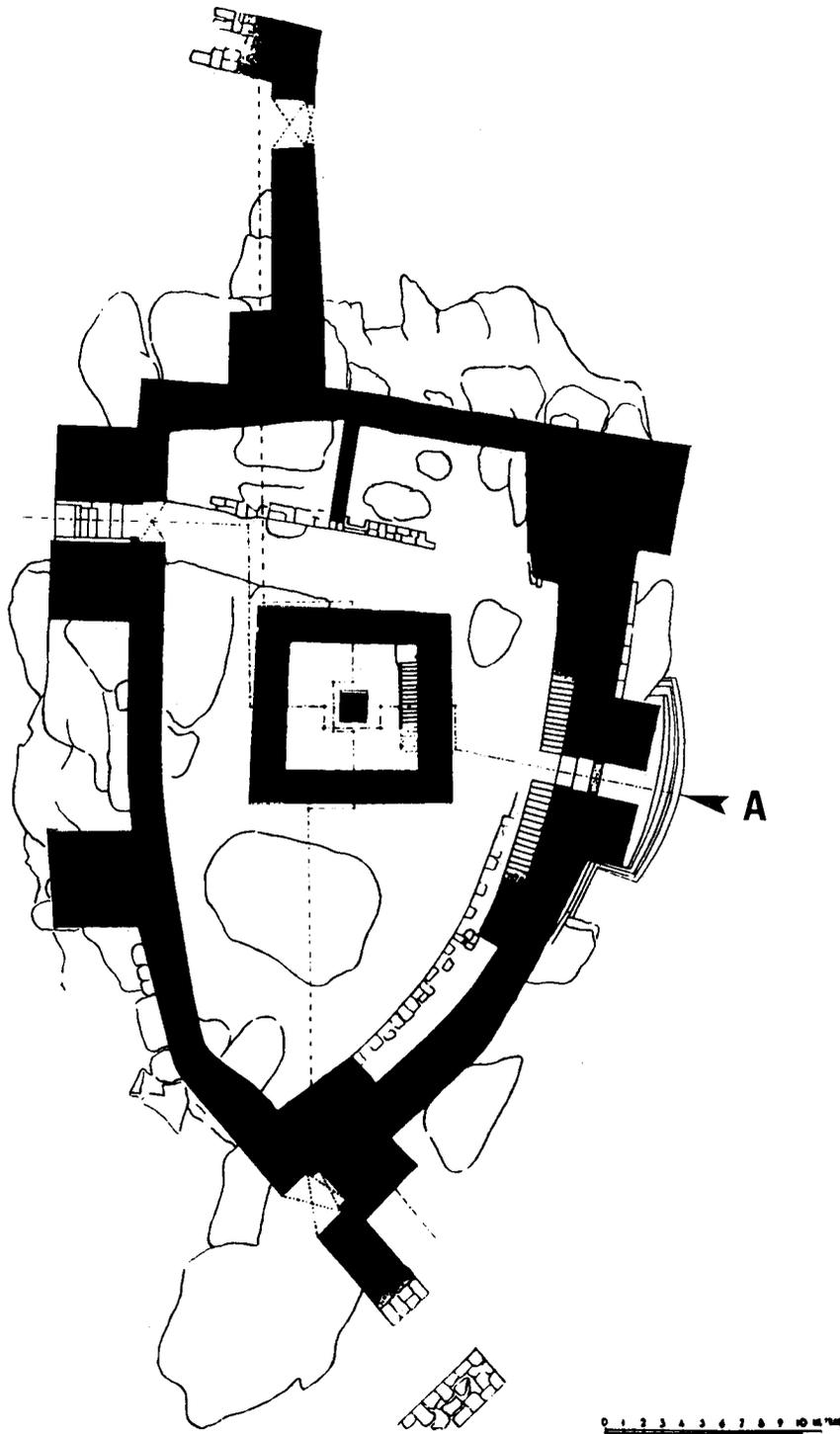


Fig. 5 — Castelo de Guimarães — Planta da D.G.E.M.N.  
A = Vestígios dos fins do século XI ou inícios do século XII.

## QUADRO 1

TERRITÓRIOS MEDIEVAIS PORTUGUESES  
(até aos fins do século XI)

<i>Terra</i>	<i>l.ª Ref. Doc.</i>	<i>Fonte</i>	<i>Designação</i>
Alvarenga	1087	PMH, DC 687	Territorio Alvarenga
Aguiar Sousa	1062	PMH, DC 433	Terra de Aquilar
Anegia	875	PMH, DC 8	Territorio Anegie
Arouca	1054	PMH, DC 392	Territorio Arauca
Baião	1066	PMH, DC 451	Terra de Baian
Barroncelhe	1078	LF 21 e 619	Territorio Baroncelli
Basto	1091	PMH, DC 755	Territorio de Basto
Benviver	1066	PMH, DC 451	Terra de Benviver
Cambra	1097	PMH, DC 850 LP 562	Territorio Calanbrie
Castro Portela	1098	PMH, DC 870	Territorio Castro Portela
Centum Cortes	1086	PMH, DC 660	Territorio Centum Cortes
Chaves	1072	LF 359, 397 e 400	Territorio Flaviensis
Condeixa	1086	PMH, DC 658 LP 170	Territorio Civitatis Condexe
Faria	1099	PMH, DC 914	Terra de Faria
Ferraria	1091	PMH, DC 755	Territorio Ferraria
Fornos	1064	PMH, DC 438	Territorio Fornos
Geronzo (*)	1076	PMH, DC 536	Territorio Gerontio
Gestaçõ	1070	PMH, DC 491	Genestazolo
Labrense	1033	PMH, DC 281	Territorio Labrense
Lafões	1030	PMH, DC 268	Territorium Alaphoen
Lamego	1069	PMH, DC 484	Territorio Lamego
Monte Muro	1083	PMH, DC 613	Territorio Muro
Montemor-o-Velho	1047	PMH, DC 130	Territorio Mons Maior
Muro Feecto	1089	PMH, DC 722	Territorio Muro Feecto
Panoias	1088	LF, 122 e 600	Territorio Pannoias
Paiva	1062	PMH, DC 433	Terra de Pavia
Penafiel	1064	PMH, DC 441	Terra de Penafiel
Penafiel de Bastuços	1099	PMH, DC 914	Terra de Penafiel
Penafiel de Covas	1078	PMH, DC 551	Territorio de Pennafidele de Covas
Santa Cruz	1087	PMH, DC 672 LP 333	Territorio Sancte Cruce
Santa Maria	977	PMH, DC 120 LP 291	Civitas Sancta Maria
S. Felix	1092	PMH, DC 767	Territorio Sancti Felice
S. Salvador	1070	PMH, DC 491	Terra Sancti Salvator
Seia	1089	PMH, DC 725 LP 477	Territorio de Sena
Senabria	1067	PMH, DC 459	Territorio Senabria
Senhorim	1100	PMH, DC 933	Territorium Seniorim
Sousa	1091	PMH, DC 755	Territorio Sause
Vargano	1083	PMH, DC 620	Territorio Vargano
Velaria	1059	PMH, DC 420	Territorio Velaria
Viseu (**)	1086	PMH, DC 663	Territorio Visense
Zebrario	1072	PMH, DC 502	Territorio Ezebreiro

(\*) Há uma referência isolada a este território já em 946 (PMH, DC 56).

(\*\*) Há referências ao «território» de Viseu já em 957 (PMH, DC 73) e em 964 (PMH, DC 139). Após a sua reconquista por Fernando o Magno a primeira referência é a que apontamos no quadro.

1071 com a Batalha de Pedroso, onde o conde D. Nuno Mendes encontra a morte. Este momento, conforme José Mattoso teve oportunidade de sublinhar, marca o fim da influência condal e o início da ascensão dos Infanções<sup>(99)</sup>. Se, como escreveu Carlos Alberto Ferreira de Almeida, as *civitates* eram um modelo de governo territorial essencialmente condal, a nova organização em *terras* corresponde à crescente influência da nobreza local, dos Infanções, e afirma-se como um modelo essencialmente senhorial<sup>(100)</sup>.

A divisão do território em *terras* iria marcar a vivência medieval da área portuguesa desde esses tempos pré-nacionais até aos meados e segunda metade do século XIII, começando a entrar em decadência a partir de então, sobretudo com o reinado de D. Dinis. A área dessas *terras* era bastante mais reduzida do que a das antigas *civitates* de Afonso III das Astúrias, e o desmembramento dessas velhas unidades territoriais de origem, não raro, a várias *terras*. A análise do exemplo da *civitas* de Anegia (Eja, Entre-os-Rios), com a sua «sede» implantada num esporão junto da foz do Tâmega, na margem Norte do Rio Douro, e o seu território distribuído por ambas as margens do Douro, revela-se importante e elucidativa. Aquando do aparecimento das *terras* o território da *civitas* de Anegia seria dividido. No seu espaço surgiram quatro *terras* (Penafiel, Aguiar de Sousa, Paiva e Benviver) enquanto que outras duas *terras* (Baião e Arouca) iriam incorporar zonas da Anegia e áreas vizinhas que não faziam parte da *civitas*. A primeira referência documental que nos permite entrever esta mutação é o diploma de 1066<sup>(101)</sup>, que Paulo Merêa e A. Amorim Girão utilizaram para cartografar essas *terras*<sup>(102)</sup>, mas a mesma perspectiva é também corroborada por outro documento, de 1070<sup>(103)</sup>. No entanto, o processo de fragmentação da *civitas* de Anegia levanta outros problemas delicados, já que ela continua a ser referida em documentos posteriores a esta data, até 1097, tal como se ainda estivesse em vigor<sup>(104)</sup>. Deste modo não sabemos se a existência do território de Anegia se prolongou depois do aparecimento das *terras* nesta zona, com a mesma área geográfica ou com âmbito mais reduzido, ou se essas referências correspondem a simples revivalismos, de difícil compreensão já que as diferentes *terras*, neste momento crucial de afirmação não devem ter descurado as suas prerrogativas.

Mas o caso de Anegia não é só importante por nos dar uma boa imagem sobre o processo de ocaso da velha *civitas* e dos problemas que ele suscita. Os elementos revelados pelas escavações arqueológicas levadas a efeito em Castelo de Matos, a fortaleza que presidiu aos destinos militares da Terra de Baião<sup>(105)</sup>, assume-se de particular importância neste contexto histórico. Esta nova unidade territorial, cuja primeira referência documental, como vimos, remonta a 1066, seria formada pela incorporação da franja Oriental dos territórios de Anegia, à qual se acrescentaram outros territórios que não faziam parte da *civitas*<sup>(106)</sup>. As escavações levadas a cabo neste castelo por Francisco Queiroga revelaram que antes do castelo de pedra, atribuível aos fins do século XI ou aos inícios do século XII, existiu um outro, erguido em madeira, que foi destruído pelo fogo. Associados a essa estrutura perecível, sobre os alicerces dos muros pétreos da segunda fortaleza de Baião, apareceram diversos materiais que permitem datar essa fortificação dos meados do século XI, desde várias pontas de seta, uma espora tipologicamente do século XI e fragmentos de cerâmica da mesma centúria<sup>(107)</sup>. Os dados arqueológicos revelaram que logo que se deu a divisão da *civitas* de Anegia em diversas *terras*, pouco depois dos meados do século XI, houve uma necessidade urgente de se erguer, em

(99) Cf. José Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa 1982, 244; José Mattoso, Luis Krus e Amélia Andrade, *O Castelo e a Feira. A terra de Santa Maria nos séculos XI e XII*. Lisboa 1989, 127.

(100) Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arte da Alta Idade Média, História da Arte em Portugal*, 2. Lisboa 1988, 150-151.

(101) PMH, DC 451.

(102) Paulo Merêa e Amorim Girão, Territórios Portugueses do Século XI, sep. de *Revista Portuguesa de História* 2 1943, 255-263.

(103) PMH, DC 491. Cf. Mário Jorge Barroca, Notas sobre a ocupação medieval em Baião, *Arqueologia* 10 1985, 123.

(104) PMH, DC 865. Cf. Pedro A. de Azevedo, O Território de Anegia, *AP* 1.ª Série 4 1898, 215.

(105) No século XI surge na documentação designado como castelo de «Penna Alba» ou «Pennaalva», enquanto que em 1258 já era designado por «castelli de Bayam». Sobre a concordância destas duas designações com o actual Castelo de Matos cf. Mário Jorge Barroca, Notas sobre a ocupação medieval em Baião, *Arqueologia* 10 1985, 123.

(106) A cartografia da Terra de Baião, e sua articulação com os vestígios arqueológicos e os testemunhos do povoamento medieval, foi ensaiada por nós em Mário Jorge Barroca, A Ocupação Medieval em Castelo de Matos. Primeira Abordagem, *Arqueologia* 17 1988, 160-161.

(107) Cf. Mário Jorge Barroca, A Ocupação Medieval em Castelo de Matos. Primeira Abordagem, *Arqueologia* 17 1988, 164-168.

Baião, uma fortificação que corporizasse a nova unidade territorial e o recém-adquirido poder da linhagem dos de Baião e que, simultaneamente, fosse capaz de dar resposta à nova organização militar. Por isso a solução utilizada foi o recurso a materiais perecíveis por forma a minorizar o tempo e os gastos de construção. A madeira, por ser material de fácil recrutamento e transporte, e por não exigir mão-de-obra muito especializada, podendo contar com a colaboração dos vizinhos da nova *Terra* para a construção, foi o material eleito. Deste modo, o exemplo do Castelo de Matos revela-se fundamental para a compreensão dos eventos que rodearam a ascensão das *terras* face à velha *civitas* de Anegia. O processo talvez não tenha sido tão pacífico quanto desejável, mas não podemos assegurar que o nível de incêndio que assinala a destruição dessa fortaleza seja o espelho de eventos bélicos. O aparecimento de espólio metálico militar, nomeadamente as pontas de seta e a espada, pode contribuir para esta interpretação mas não esclarece todas as dúvidas, podendo essa destruição ser reflexo da vontade de se erguer o castelo de pedra. O aparecimento deste em Baião, nos fins do século XI ou inícios do século XII, deve ser interpretado não só como a vontade de se munir a *terra* de uma estrutura castelar de maior prestígio e eficácia militar, mas também como o reflexo de uma estabilização da *terra* e dos seus *tenentes*. Os vestígios da primeira fase do castelo da Terra de Baião são tanto mais interessantes quanto eles permanecem como único caso seguro de uma estrutura castelar mediévia erguida em madeira no território português.

Com o advento da nova organização territorial assiste-se a um processo de selecção entre os castelos roqueiros que, erguidos nas áreas onde não existiam *civitates* ou mesmo no seio dos territórios destas, tinham sido construídos para garantir a segurança das populações. Este processo de hierarquização entre as estruturas existentes levou a que numerosos castelos roqueiros, de importância mais local do que regional, entrassem em decadência, enquanto que outros ascendiam a cabeça de *terra*, preservando e ampliando toda a sua importância. Este processo de hierarquização e selecção haveria de conduzir ao estabelecimento da rede de castelos medievais portugueses tal como a conhecemos para a primeira parte da Baixa Idade Média<sup>(108)</sup>.

Esta importante fase de transição percorre toda a segunda metade do século XI e os inícios do século XII e a documentação da época fornece-nos dados interessantes para o estudo da Castelologia. A análise desses diplomas permite constatar, antes do mais, a variedade de designações atribuídas a castelos, onde as mais abundantes são *castellum*, *oppido*, *alpe*, *castrum*, e *mons*. Esta riqueza traduz, sem dúvida, diferenças estruturais, sendo perceptíveis pelo menos dois grandes grupos de fortalezas. A análise dos documentos revela que estruturas com o mesmo grau de importância podiam ser classificadas indistintamente como *alpe*, *mons* ou *castro* ou, no outro extremo da escala, como *oppido*, *civitas* ou *castellum*. No entanto, quando num mesmo documento se referem duas estruturas de importância diferente, uma designada como *monte*, *mons*, *alpe* ou *castro*, e outra por *castello* ou, mais raras vezes, por *oppido* ou *civitas*, a segunda é sempre mais importante do que a primeira. Estas eram, por certo, estruturas de maior vulto, mas as designações de *oppido* e de *civitas*, nalguns casos, também aparecem como designativos da antiguidade do castelo em causa, sobretudo como expressão da memória de ali ter existido uma ocupação castreja ou romana. Por outro lado, nem todos os *mons/montes* deviam corresponder a estruturas fortificadas. Alguns casos deixam a suspeita de se poder tratar apenas de montes com particular destaque na paisagem, utilizados como marcos de referência como o eram, por vezes, as estradas. A ocorrência destes diplomas onde uma mesma povoação ou propriedade é referida simultaneamente em relação a dois castelos desaparece quando a estrutura territorial se encontra definitivamente organizada e quando o número de *terras* e seus nomes se aproximam da imagem que nos transmitem as Inquirições de 1220. Esse processo, que levou à multiplicação do número de *terras*, alargando-as até zonas não abrangidas no século XI, deve ter sido concluído já com D. Afonso Henriques sendo reflexo da maior atenção dispensada pela coroa portuguesa à «gestão» administrativa e militar do território nacional.

## 5 — AS TERRAS E O CASTELO ROMÂNICO

Com o século XII a organização administrativa e militar tendo por base as *terras* medievais encontra-se implementada. No seu clássico estudo, Henrique da Gama Barros diz-nos que:

<sup>(108)</sup> Esta distribuição apenas sofreria modificações significativas após o Tratado de Alcanices, assinado por D. Dinis em 1297, momento a partir do qual o principal esforço de construção de castelos dispendido pela coroa portuguesa se irá concentrar nas fortalezas raianas.

«Em relação à palavra *território*, vêmo-la usada ainda algumas vezes no século XII, no mesmo sentido de distrito, que lhe davam também no século precedente, mas o vocábulo *terra* é agora, no século XII, o que predomina, e mantém-se até princípios do século XIV. Aproximadamente até findar o século XIII, as mais graduadas circunscrições administrativas, judiciais e militares em que se dividia o reino, umas maiores do que outras, chamavam-se *terras* e o superior governo de cada uma (às vezes de mais) estava a cargo d'um chefe, *tenens*, escolhido pelo rei entre a ordem mais elevada da nobreza, os ricos-homens.»<sup>(109)</sup>.

O processo autonómico português, encetado por D. Afonso Henriques, seria acompanhado, neste aspecto, por uma multiplicação do número de *terras*, que passam a abranger áreas que não eram, aparentemente, contempladas na segunda metade do século XI. As *terras* estendem-se então para Norte, para o coração do Entre-Douro-e-Minho, e para interior, para a zona de Trás-os-Montes e parte das Beiras, passando a constituir manchas contínuas. Por outro lado, clarifica-se a geografia destas circunscrições territoriais, sendo possível estabelecer de forma mais segura os limites e fronteiras de cada uma delas, o que, nos primeiros exemplos, cartografados por Paulo Merêa e Amorim Girão, oferecia grandes dificuldades dado o carácter muito difuso da noção de fronteira e de espaço. As referências a várias estruturas castelares dentro de uma mesma *terra* começam a ser cada vez mais raras à medida que avança o século XII. Cada *terra* possuía uma única estrutura militar, o castelo cabeça-de-terra, que corporizava o Poder e a Ordem nesse território e onde se concentravam os principais esforços da arquitectura militar.

O monarca confiava o governo dos destinos militares da fortaleza e do seu território a um nobre da sua confiança — o *tenens* — que do desempenho desse cargo retirava evidentes benefícios económicos e sociais. Esses nobres, que gozavam de influência política junto do monarca, eram frequentadores da corte régia e, não raro, figuram em documentos régios como testemunhas. Em alguns desses documentos eram referidas as *terras* de que tinham a tenência permitindo o conhecimento da «genealogia» dos senhores de castelo ou *terra*, fundamentais para o conhecimento das estratégias da Coroa e da Nobreza face a esses espaços. O interesse manifestado pelas diversas famílias nobres em assegurar a tenência da *terra* onde se implantava o seu solar de origem ou se concentrava parte significativa do seu património reflecte os benefícios que podiam retirar do governo de uma *terra*.

Os castelos que ascenderam à chefia de uma *terra* constituem, por excelência, o modelo do castelo românico em Portugal. Foi nesses castelos que se apoiou a estrutura militar do país nos seus primeiros tempos de independência, tendo alguns deles, como os de Neiva e Faria, desempenhado papel fundamental no processo de autonomia. Implantados no alto de montes e aproveitando afloramentos rochosos, os castelos que presidiam ao destino de uma *terra* tinham a localização não só ditada pelas condições de defesa do local (encostas íngremes, muitas vezes acentuadas por desaterros artificiais para dificultar o acesso) e pelo campo de visão (permitindo a vigilância de uma parte significativa do seu território). A sua localização era também determinada pela implantação dos principais aglomerados populacionais e pela economia da sua *terra*, bem como pelo itinerário das principais vias que cruzavam o seu espaço, velando pela segurança e controlo dos grandes eixos de circulação<sup>(110)</sup>. O castelo erguia-se junto das áreas mais povoadas e onde se concentravam as manchas de maior produtividade da *terra*. Na larga maioria dos casos, o campo de visão de um castelo não conseguia abarcar todo o seu território. Para que a defesa fosse mais eficaz, a fortaleza principal contava com o auxílio de várias atalaias que, articuladas com ela através de sinais de fumo (diurnos) ou luminosos (nocturnos), permitiam a vigilância do território. A estrutura destes pontos de observação, tantas vezes memorizados na micro-toponímia actual, é ainda mal conhecida já que pouca atenção lhes tem sido reservada pelos investigadores. No entanto, pelo estudo dessas pequenas torres passa, necessariamente, a correcta compreensão da estratégia militar de uma *terra*.

O castelo românico era concebido para uma «defesa passiva». A sua estrutura possuía poucas soluções que permitissem um ataque eficiente em caso de cerco e confiava na espessura e altura dos seus muros para resistir aos assédios. A cerca, feita com recurso a silhares de pedra e coroada pelo adarve ou

<sup>(109)</sup> Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 11. Lisboa, 2.<sup>a</sup> ed., 1954, 44-45. Vd. tb. José Leite de Vasconcelos, *Einografia Portuguesa*, 3. Lisboa 1980, 12-15.

<sup>(110)</sup> Cf. Mário Jorge Barroca e António Joaquim Cardoso Morais, A Terra e o Castelo. Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena, *Portugália* n.s. VI/VII 1985-1986, 41.

caminho de ronda, ostentava torreões adossados, geralmente de planta quadrada. Estes torreões tinham por função quebrar os panos de muralha contínuos, permitindo a vigilância e o tiro sobre os seus alicerces, dificultando a tarefa de forças inimigas. Era comum um deles erguer-se estrategicamente sobre a encosta por onde se processava o acesso ao castelo, permitindo deste modo a prática de tiro vertical. As muralhas do castelo definiam um pátio com perímetro relativamente pequeno, possibilitando a permanência de uma pequena guarnição de homens. Procurando evitar a multiplicação de aberturas, que constituíam sempre pontos fracos na defesa, o castelo românico apresenta uma ou duas portas: a porta principal e, em muitos casos, a «porta da traição», que assegurava a comunicação da guarnição com o exterior, utilizada em casos de revoltas ou de cercos. Em alguns casos, sobretudo no século XII, foram criadas grandes cercas junto aos muros para nelas se abrigarem populações e gado em caso de perigo, como podemos ver, por exemplo, no castelo de Castro de Laboreiro.

Isolada no interior do pátio, a Torre de Menagem, símbolo do Poder e último reduto de defesa, constituía a maior inovação do castelo românico<sup>(111)</sup>. A Torre de Menagem implantava-se num dos pontos de cota mais alta do castelo, erguendo-se em altura por forma a ser possível o tiro directo para o exterior, sem prejuízo da presença do pano de muralha. Adoptando desde cedo a planta quadrangular, possuía o andar térreo sem aberturas e a porta rasgada no primeiro andar. O acesso realizava-se sempre por intermédio de uma escada móvel de madeira que, em caso de perigo, podia ser retirada a partir do interior da construção, isolando-a. Por vezes, nas zonas fronteiras à face da Torre de Menagem onde se abre a porta de acesso, é possível encontrar os testemunhos dos apoios dessa estrutura móvel de acesso, como, por exemplo, no castelo de Moreira de Rei, como que já tivemos oportunidade de referir.

Os primórdios da Torre de Menagem continuam mal caracterizados em Portugal. É provável que os primeiros exemplos tenham aparecido já na primeira metade do século XII, reflectindo o conhecimento da arquitectura militar de além-Pirinéus veiculado pelos contactos dinamizados no quadro da Reconquista após 1086. No entanto, os mais remotos casos datados pertencem aos meados do século XII e inícios da segunda metade da centúria. Deste modo, a introdução da Torre de Menagem nos castelos portugueses antecede em uma ou duas escassas dezenas de anos o aparecimento de residências senhoriais fortificadas, que começam a surgir entre nós a partir do último quartel do século XII e que se irão inspirar precisamente na fisionomia da Torre de Menagem<sup>(112)</sup>. Um dos mais antigos exemplos de Torre de Menagem que sobreviveu até nós foi o do castelo de Pombal (Est. 10), uma fortaleza ligada à Ordem do Templo, erguida por D. Gualdim Pais em 1171<sup>(113)</sup>. Trata-se de uma construção larga e não muito alta, que ofereceu algumas dificuldades aos seus construtores, pelo que estes se viram obrigados a adossarem dois contrafortes cintando a fachada principal e conferindo a esta Torre de Menagem uma silhueta peculiar. Por outro lado, o andar térreo desta Torre, que não possui qualquer abertura para comunicação com o exterior, apresenta muros significativamente mais espessos que os restantes andares, procurando alcançar maior estabilidade e resistência construtiva. As faces exteriores apresentam um perfil oblíquo, em rampa, simulando uma sapata. Não deixa de ser interessante sublinhar que os mais antigos exemplos datados de Torres de Menagem em Portugal surgem sistematicamente associados aos Templários. Podemos incluir neste grupo a Torre de Menagem de Pombal (1171), já referida, e as de Tomar (1160), Penas Roias (1166), Almourol (1171) e Longroiva (1174), todas datadas por inscrições. O próprio facto de D. Gualdim Pais ter assinalado este notável esforço construtivo dos Templários com a colocação de inscrições em todas estas Torres pode ser interpretado como um sintoma da sua relativa novidade dentro do panorama da arquitectura militar portuguesa da segunda metade do século XII.

O papel da Ordem do Templo no desenvolvimento da arquitectura militar portuguesa, sobretudo durante o prolongado mestrado de D. Gualdim Pais (1158-1195), parece ter sido significativo, importando investigar neste domínio. A confiança que D. Afonso Henriques depositou nos Templários, sobretudo graças ao prestígio e valor do seu 4.º Mestre em Portugal, entregando-lhes vastos domínios em zonas fundamentais

(111) Sobre a origem da Torre de Menagem no castelo medieval europeu, veja-se Gabriel Fournier, *Le Chateau dans la France Médiévale. Essai de Sociologie Monumentale*. Paris 1978, 80-90, e Michel Fixot, *Notes sur la genèse du Château Roman, Matériaux pour l'Histoire des Cadres de Vie dans l'Europe Occidentale (1050-1250)*. Nice 1984, 45-62.

(112) Cf. Mário Jorge Barroca, *Em Torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares*, *Revista de História*, Centro de História da F.L.U.P., IX 1989, 9-61.

(113) No caso de Trancoso, que abordamos a partir do diploma de 960, o arcaísmo evidenciado pela sua torre resulta do facto de se ter aproveitado para Torre de Menagem do castelo românico uma estrutura pré-românica já existente.

para a defesa dos territórios reconquistados<sup>(114)</sup>, confirma indirectamente que a Ordem estava na posse das melhores técnicas militares da época. Os domínios que os Templários detinham a Sul de Coimbra, com os seus castelos, obedeciam a uma estratégia que também era partilhada pela coroa portuguesa, e que visava criar uma rede de pontos fortificados ao longo dos grandes eixos de circulação que, partindo do Sul, garantiam o acesso a Coimbra, cidade onde tantas vezes permanecia o monarca e a sua corte. Essa mesma preocupação transparece na fundação do castelo de Leiria, em 1135, que, conforme revela a *Chronica Gothorum* foi erguido como resposta às «*frequentes incursiones et depredationes*» que as forças muçulmanas faziam «*per campum Colimbrie*»<sup>(115)</sup>. As conquistas de Santarém e Lisboa, em 1147, afastaram a linha de fronteira para o curso do Tejo e, na sua defesa, a coroa portuguesa contaria com o contributo dos Templários (castelo de Almourol) e dos Hospitalários (castelo de Belver). O primeiro, datado de 1171, notabiliza-se pela sua fascinante implantação numa pequena ilha rochosa do Tejo, vigiando não só a linha de fronteira mas sobretudo o importante nó viário de Constância, onde se transpunha o rio. O segundo, algo mais tardio, começou a ser erguido a partir de 1194, data em que D. Sancho I doou a sua herdade de *Guidimesta*, na margem Norte do Tejo, para que o Mestre Afonso Pais e os freires da Ordem do Hospital erguessem um castelo ao qual o rei, por capricho, impunha o nome de Belver: «... *faciatis castellum quodam cui imponimus nomen Belveer.*»<sup>(116)</sup>.

De resto, o processo da Reconquista em Portugal não pode ser dissociado do contributo prestado pelas Ordens Militares, nomeadamente os Templários, os Hospitalários, a Milícia de Évora (ramo português de Calatrava, mais tarde estruturado na Ordem de Avis) e os Cavaleiros de Santiago. Se a intervenção da Ordem do Templo se faz sentir sobretudo ao longo da 2.ª metade do século XII, quando Gualdim Pais se encontrava à frente dos seus destinos, esmorecendo à medida que nos aproximamos dos finais da centúria, já as restantes Ordens irão desempenhar papel de vulto em períodos algo mais avançados. Com os finais da centúria o papel das ordens militares no processo da Reconquista viu-se reforçado e, na primeira metade do século XIII, elas haveriam de ser responsáveis pela maior parte dos grandes sucessos militares. A própria geografia dos domínios das quatro Ordens espelha o momento da Reconquista em que os contributos de cada uma se revelaram mais significativos<sup>(117)</sup>. Os domínios dos Templários e Hospitalários, quase todos localizados a Norte do Tejo, com poucas incursões no Alentejo, contrastam fortemente com os das Ordens de Avis e de Santiago, os primeiros quase todos no Alto Alentejo, os segundos estendendo-se até junto do Algarve, cuja reconquista protagonizaram em 1249. De resto, se os primeiros exemplos de castelos com Torre de Menagem se podem encontrar entre aqueles que foram erguidos pelos Templários no mestrado de D. Gualdim Pais, também os primeiros castelos portugueses que ostentam as inovações góticas que reflectem a introdução dos conceitos de defesa activa podem ser apontados entre os castelos das Ordens Militares no Sul de Portugal.

Para a manutenção e o restauro do castelo, bem como para a composição dos elementos da sua guarnição, contribuíam as populações da sua vizinhança e do seu território. Desses deveres, por vezes de natureza muito diversa, encontramos ecos parcelares nas Inquirições de 1220 e 1258. Algumas reportam-se à obrigação de levar madeira ao castelo. Na Terra de Neiva, os moradores em Santa Maria de *Torgoosa* (Tregosa, Barcelos),

«... *si opus fuerit de madeira pro ad Castellum, debent dare isti homines de illa et levare illam usque ad Lagoa de Madeira ...*»<sup>(118)</sup>.

O mesmo se passava com várias povoações das freguesias de S. Martinho de Vascões, S. João de Bico, Santiago de Infesta e St.ª Maria de Cunha, então pertencentes à Terra de Fraião, e que as Inquirições de

<sup>(114)</sup> Por um lado, um importante domínio localizado entre a zona a Sul de Coimbra e a fronteira do Tejo, onde se implantavam os castelos de Soure, Pombal, Tomar, Ceras, Almourol e Zêzere; por outro lado, uma série de fortalezas no interior de Trás-os-Montes e das Beiras, onde se destacamos castelos de Penas Róias, Longroiva, Monsanto, Idanha-a-Velha e Cardiga. Estes dois grupos de fortalezas erguiam-se em zonas vitais do ponto de vista militar, guarnecendo as linhas de fronteira a Sul de Coimbra e no interior do reino. Todos estes castelos, munidos de Torre de Menagem, obedeciam aos cânones do castelo românico.

<sup>(115)</sup> PMH, Scrip., p. 12. O castelo foi construído a meio caminho entre Santarém e Coimbra: «*distans quibusdam a Castello Sanctarem quadraginta, de Colimbria vero fere quinquaginta milliaribus*» (idem). Teve foral em 1142 e seria pouco depois tomado por forças muçulmanas. Foi definitivamente reconquistado em 1145.

<sup>(116)</sup> DS 73.

<sup>(117)</sup> Veja-se, por exemplo, Orlando Ribeiro, *A Formação de Portugal*. Lisboa 1987, 54.

<sup>(118)</sup> PMH, Inq. 1220, p. 106. A mesma obrigação surge também referida em 1258 (PMH, Inq. 1258, p. 313).

1258 referem insistentemente terem de levar a madeira ao castelo <sup>(119)</sup>. A situação volta a repetir-se com a aldeia de Revel (Tresminas, Vila Pouca de Aguiar), que em 1258 «... *levabant madeiram ad castellum de Sancto Crestophoro ...*», ou seja ao castelo de S. Cristóvão de Panoias <sup>(120)</sup>. Essa madeira destinava-se não só às obras do castelo mas também para as construções que se erguiam no interior do pátio, e que eram comuns nos castelos românicos. Possuímos pelo menos três referências explícitas a essas casas nas Inquirições do séc. XIII. Uma, na passagem relativa à freguesia de S. Pedro de Azurém, no Julgado de Guimarães. Pedro Gomes, que morava no castelo de Guimarães e detinha um casal em Azurém, devia, por isso, «... *varrere domos castelli Domini Regis et curare illas ...*» <sup>(121)</sup>. Uma segunda, entre as obrigações de Santiago de Neiva para com o castelo dessa terra: «... *debent coopire domos de castello ...*» <sup>(122)</sup>. E uma última relativa ao castelo de Pena da Rainha: «*Item , dixerunt que os Golpes et os Guilufos vam a fazer a cabana da Pena Regine ...*» <sup>(123)</sup>.

As Inquirições permitem ainda entrever outros problemas relativos às estruturas militares que presidiam a cada Terra. O castelo românico apresenta desde muito cedo uma cisterna para aprovisionamento de água, elemento vital em caso de cerco. O Casal de Rego, na freguesia de S. Mamede de Insalde, Terra de Fraião, contava, entre as suas obrigações para com o castelo da sua Terra, a de fazer «... *o rego da agua pora o Castello, scilicet, da poza do Resayo ataes o seixo da porta do Castello de Froyam ...*», certamente para reabastecimento da sua cisterna ou, talvez, por ausência desta <sup>(124)</sup>.

Muitas são as passagens nas Inquirições do século XIII que nos permitem saber quais as póvoas que deviam ir trabalhar ao castelo, sintoma da frequência com que eram realizadas reparações, mas de entre elas poucas são as referências explícitas à cedência de homens para a guarnição do castelo. As guarnições deviam ser compostas por homens das aldeias mais próximas da fortaleza. O caso da Terra de Aguiar da Pena revela-se interessante. As Inquirições de 1200 quando tratam da Aldeia do Castelo, que se ergue junto da fortaleza, revelam, que «... *faciunt servicium illi qui tenet castellum et debent velare castellum ...*» <sup>(125)</sup>. E, na organização militar da Terra, a aldeia de Capeludos representava um papel igualmente importante: «... *quando fuerint guerre debent tenere atalaias, et dare sabedoria ad castellum ...*» <sup>(126)</sup>. Para além destas duas aldeias, mais dezoito outras povoações, distribuídas um pouco por toda a Terra de Aguiar da Pena, tinham de «ir ao castelo», certamente um serviço menos assíduo, que se fazia anual ou sazonalmente e com o qual o tenente do castelo devia contar para fazer pequenas reparações <sup>(127)</sup>. Uma situação que devia mudar drasticamente em caso de conflito declarado, como se pode depreender das passagens de 1258 sobre os deveres do Mosteiro de Sanfins de Frietas (Terra de Fraião):

«... *Item, dixerunt que, se guerra veer antre Leom et Portugal, o Abade deste davandito Mosteiro cum todo seu Couto am a guardar cum armas o vao de Carexi ...*» <sup>(128)</sup>.

As mesmas Inquirições reflectem igualmente as preocupações da Coroa portuguesa em assegurar a vigilância dos grandes pontos de entrada, nomeadamente a Portela do Homem e a «Porta da Amarela», na Serra Amarela.

Mas, em tempo de paz, a vida no castelo medieval devia ser muito diferente. Ganhavam então importância algumas actividades que permitiam manter os homens de armas operacionais. Entre essas actividades, a mais privilegiada foi, obviamente, a caça. Numerosas são as referências às comunidades que deviam correr o monte com o senhor do castelo, sobretudo para as Terras medievais cujos territórios eram mais montanhosos e florestados. O caso da freguesia de Arnoia, onde se ergue o castelo da Terra de Basto, é

<sup>(119)</sup> PMH, Inq. 1258, p. 358, 359, 361 e 368 respectivamente.

<sup>(120)</sup> PMH, Inq. 1258, p. 1292 e 1295.

<sup>(121)</sup> PMH, Inq. 1258, p. 723.

<sup>(122)</sup> PMH, Inq. 1220, p. 104.

<sup>(123)</sup> PMH, Inq. 1258, p. 373.

<sup>(124)</sup> PMH, Inq. 1258, p. 362.

<sup>(125)</sup> PMH, Inq. 1220, p. 126.

<sup>(126)</sup> PMH, Inq. 1220, p. 126.

<sup>(127)</sup> Cf. Mário Jorge Barroca e António J. Cardoso Morais, A Terra e o Castelo. Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena, *Portugália* n.s. VI/VII 1985-1986, 58-60.

<sup>(128)</sup> PMH, Inq. 1258, p. 368.

particularmente interessante já que entre as suas obrigações se regista que «... *debent nutrire canes pro castelo ...*»<sup>(129)</sup>, certamente os cães que o senhor tinha para as caçadas.

Um último olhar sobre as Inquirições para reter o nome de alguns construtores de castelos. Sobre o castelo da Terra de Nóbrega dizem os inquiridores de D. Afonso II que:

«... *Rex domnus Alfonsus debet illa [Penelas] Oorigo Ooriguiz, quia fecit illi castellum de Anovrega ...*»<sup>(130)</sup>.

Trata-se, obviamente, de Ourigo Ourigues da Nóbrega, que recebia deste modo dois casais em Penela em sinal do reconhecimento do primeiro monarca português<sup>(131)</sup>. Na zona de Mirandela possuímos dois casos interessantes, o primeiro deles também sobre um construtor de castelo. Em St.<sup>o</sup> Estevão de Fresulfe as Inquirições de 1258 declaram que a

«... *villa de parada fuit regalenga et scit quod Rex Donnus S [ancii] senex dedit ipsam villam Donno Galeco patri de supradicto Munio Pelagij milite de Trsbaceiro pro castello de Alvelia quod ipse Donnus Gallecus facit Regi Donno S [ancii] vetero ...*»<sup>(132)</sup>.

Quando os inquiridores de D. Afonso III percorreram a zona esses bens já se encontravam nas mãos D. Fernando Anes de Galicia e se outros netos de D. Galego. Finalmente, em St.<sup>a</sup> Maria de Succães (conc. de Mirandela) encontramos um exemplo em como o cargo de tenente podia ser detido por longos anos pelo mesmo senhor:

«... *medietas ipsius ville et ecclesie fuerunt Domni Regis et aduivit dicere hominibus qui sciebant quod Dominus Rex dedit ipsam medietatem Donno Menendo Guedaz cuius erat alia medietas pro servicio quem sibi facit stando xvij annos in Castello de Ulgozo ...*»<sup>(133)</sup>.

## 6 — O OCASO DAS TERRAS E O ADVENTO DO CASTELO GÓTICO

A organização administrativa e militar tendo por base as *Terras*, que como vimos se começou a implantar na segunda metade do século XI e estava operacional na primeira metade da centúria seguinte, entrou em decadência com o reinado de D. Dinis. Também para o processo de ocaso das *terras* os elementos de que dispomos são insuficientes. A análise da documentação da época começa a ignorar progressivamente as referências às *terras* a partir da década de 70 ou 80 do século XIII, em pleno reinado de D. Dinis. Gama Barros refere que:

«Era frequente nos forais e doações de D. Afonso III mencionarem-se as cabeças dos distritos (*terras*), quando nestes exercia o cargo de *tenens* algum dos indivíduos que figuram na diploma como confirmantes; no reinado de D. Dinis (16 de Fevereiro de 1279 até 7 de Janeiro de 1325) poucas vezes, correndo ainda o século XIII, se declaram as tenências nos actos em que o reinado anterior era usual a declaração; e do século XIV não conhecemos nenhum exemplo.»<sup>(134)</sup>.

<sup>(129)</sup> PMH, Inq. 1258, p. 635.

<sup>(130)</sup> PMH, Inq. 1220, p. 38.

<sup>(131)</sup> Cf. José Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa 1982, 222; idem, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, vol. 1. Lisboa 1985, 149.

<sup>(132)</sup> PMH, Inq. 1258, p. 1319; vd. tb. p. 1330, onde se apresenta relato idêntico a propósito da «villa de Prado que est in valle de Palaciolo».

<sup>(133)</sup> PMH, Inq. 1258, p. 1266. O mesmo D. Mendo Guedaz, que não conseguimos entroncar na família dos Guedões de que julgamos ser membro, teria aproveitado o seu longo cargo para perpetrar alguns abusos na zona do Julgado de Ulgozo (PMH, Inq. 1258, p. 1280).

<sup>(134)</sup> Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 11. Lisboa, 2.<sup>a</sup> ed., 1954, 46.

Não é possível precisar melhor no tempo o processo de decadência das *terras*, mas esse acontecimento é sensivelmente contemporâneo de outros dois dados significativos para a Castelologia: a definição e estabilização da linha de fronteira e o aparecimento das primeiras soluções de «defesa activa» nos castelos, que conduziriam ao castelo gótico.

Em 1249, com a conquista definitiva do reino do Algarve pelos cavaleiros de Santiago, a empresa da Reconquista portuguesa encontrava o seu fim. A assinatura do Tratado de Alcacines, que D. Dinis e D. Fernando IV de Castela rubricam em 1297, haveria de consagrar a linha de fronteira entre os dois reinos. A partir de então é sensível que a coroa portuguesa se empenhará sobretudo na manutenção e reforma dos castelos raianos, aqueles onde se apoiava, a partir de então, a segurança e a integridade do reino. A decadência das *terras* e dos seus castelos não deve ser isolada deste contexto. A maior parte desses castelos que definiam a malha militar do interior do reino começam a entrar em decadência, alguns chegando mesmo à ruína. No entanto, o processo não é linear e alguns castelos que outrora haviam presidido a *terras* medievais conseguem sobreviver a essa decadência e ainda recebem reformas góticas, desempenhando papel activo nas Guerras Fernandinas e na Crise de 1383-1385. No entanto, são sobretudo as fortalezas que se erguiam sobre grandes eixos de circulação, por onde se poderia esperar que passassem exércitos inimigos em caso de invasão, que conseguem escapar ao espectro da decadência. Para a maioria dos castelos que outrora haviam presidido aos destinos militares das *terras* começavam a desenhar-se os anos de degradação. As reformas góticas também atingiriam os aglomerados urbanos fortificados que, após quase dois séculos em que os seus sistemas de defesa se viram descurados, sofreriam importante movimento de reforma e de amuralhamento nos reinados de D. Afonso IV, D. Pedro e sobretudo D. Fernando.

A partir dos meados ou fins do século XIII começam a surgir nos castelos portugueses novas soluções arquitectónicas, permitindo a passagem de uma «defesa passiva», típica do castelo românico, para uma «defesa activa», característica do castelo gótico. Esta mudança de conceito, fundamental para se compreender o ritmo de reforma nos castelos portugueses, haveria de se impor decisivamente na centúria seguinte. O número de torres adossadas aos panos de muralha multiplica-se possibilitando a defesa directa dos alicerces dos muros e a manutenção do inimigo à distância. O seu espaçamento seria calculado em função do alcance de tiro, de arco e sobretudo de besta, por forma a que de um torreão fosse possível atingir a base do outro. Esta articulação entre os vários elementos que compunham a muralha tornava a defesa da integridade dos seus muros mais eficaz. Por outro, o adarve ou caminho de ronda alarga-se, traduzindo uma maior espessura das muralhas e facilitando a movimentação das guarnições em caso de cerco. As escadas de acesso ao adarve deixam de ser erguidas na espessura dos muros, como era predominante na fase anterior, para passar a constituir um maciço pétreo adossado ao pano de muralha. Com esta solução, os castelos góticos conseguiam que o adarve preservasse toda a sua superfície disponível para a circulação da guarnição encarregada da defesa dos muros. Coroando estes, as ameias apresentam tendência para serem mais largas e baixas, sendo munidas, ao centro do seu maciço pétreo, de seteiras adaptadas ao tiro de arco e de besta. Ao mesmo tempo as portas de acesso principais passam a estar protegidas por balcões munidos de matabães, permitindo o tiro vertical. A Torre de Menagem deixa de estar isolada no centro do pátio para surgir muitas vezes adossada ao pano de muralha em locais estratégicos que permitem a defesa de zonas mais sensíveis, com tiro directo a partir do seu nível superior. Com os fins do século XIV e a centúria seguinte, a Torre de Menagem apresenta tendência para se alargar, passando a dispor de amplas áreas destinadas à habitação. Nos andares superiores surgem janelas nobres, amplas e muitas vezes com duas luzes, procurando, deste modo, alcançar melhor iluminação e arejamento dos espaços interiores. No coroamento destas Torres de Menagem surgem não só os balcões munidos de matabães, implantados sobre a porta de acesso ao interior, mas também, sobretudo com o século XV, pequenos balcões de ângulo, com sistema de tiro vertical. As novas Torres de Menagem góticas encontram magníficos exemplos nos castelos urbanos de Bragança, Estremoz e Beja. Curiosamente, e mau grado os reconhecidos inconvenientes da adopção da planta quadrangular para a Torre de Menagem <sup>(135)</sup>, raros foram os casos em Portugal onde se escolheu outro tipo de planta. As torres

<sup>(135)</sup> A planta quadrangular oferecia deficiente resistência ao uso do ariete e de projecteis, sobretudo pela presença de ângulos rectos onde desmonte dos cunhais, elementos estruturais na construção, encontrava fraca oposição. Por outro lado, o facto de os silhares serem paralelepípedicos, com as faces paralelas, facilitava potencialmente o seu desmonte. Pelo contrário, numa construção de planta circular os silhares apresentam as faces laterais convergentes, funcionando com comportamento semelhante ao de uma aduela quando sujeitos a pressão exercida a partir do exterior. Isto levava a que quanto maior fosse a pressão exercida do exterior, maior seria a coesão das paredes. Por último, a construção de planta quadrangular conduzia a um maior dispêndio de material. Se tomarmos como exemplo

poligonais do castelo de Algosó e da vila de Freixo-de-Espada-à-Cinta (Trás-os-Montes), do castelo de Sabugal e da vila de Dornes (Beiras), permanecem como casos mais ou menos excepcionais e, quase todos, tardios. O mesmo se diga em relação à adopção de plantas circulares pelos torreões adossados aos panos de muralhas, um processo ainda muito mal estudado em Portugal, onde nos surgem casos muito antigos (como, por exemplo, na Torre de D. Framondo, junto a S. Gião da Nazaré, ou no castelo de Alter do Chão, no Alentejo) até casos manifestamente tardios.

As alterações substanciais a que se assiste a partir da segunda metade do século XIII e sobretudo ao longo do século XIV, procuram dar resposta à evolução da poliorcética, reflectindo os progressos que se vinham a assinalar no domínio do armamento desde há algumas décadas. As primeiras fortalezas a receberem as reformas góticas seriam os castelos raianos que constituíam, desde 1297, a primeira linha de defesa do reino. A sua importância estratégica encontra no *Livro das Fortalezas do Reino* de Duarte d'Armas, realizado em 1509 <sup>(136)</sup>, a melhor ilustração. Neste precioso documento iconográfico, invulgar no panorama europeu, são retratados, quase todos em duas perspectivas e em planta, 57 castelos portugueses dos quais apenas dois não se localizam na raia fronteiriça (Barcelos e Sintra). As restantes 55 fortalezas distribuem-se ao longo da fronteira terrestre, percorrendo-a de Sul para Norte, desde Castro Marim (no Algarve) até Caminha (na foz do rio Minho). Essas eram as fortalezas que constituíam a primeira linha de defesa do reino, e nelas se repercutiram primeiro as inovações. Uma linha de defesa estratégica, mais recuada, com concentrações significativas ao longo das vias naturais de penetração no território nacional e junto dos acessos aos principais aglomerados urbanos, conseguiria manter a sua importância militar, mas a larga maioria dos castelos românicos, sobre os quais se apoiara a organização defensiva nos primeiros séculos de independência, entrariam em degradação.

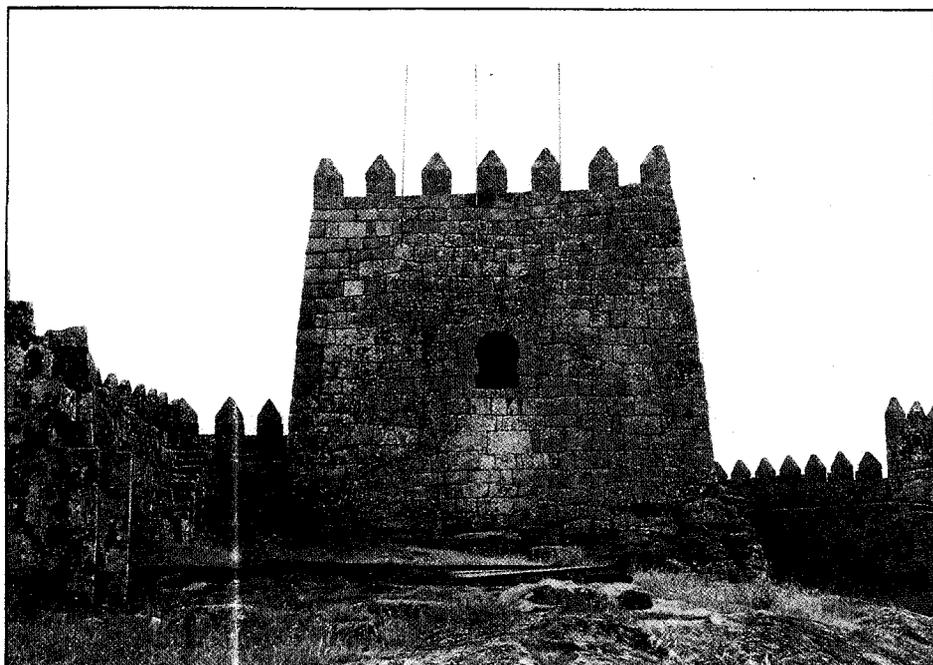
---

uma torre com 25 m<sup>2</sup> de área útil (5 m x 5 m), um valor modesto para uma Torre de Menagem gótica, uma construção de planta quadrangular necessitaria de 20 m de superfície interna das paredes, enquanto que uma construção circular necessitaria apenas de 17,70 m de superfície interna de paredes para obter igual área útil. Se essa torre tivesse, hipoteticamente, paredes com 1 m de espessura, o perímetro exterior dessa torre quadrangular seria de 24 m, enquanto que a torre circular teria de perímetro 23,98 m. Assim, a área ocupada pelos silhares da parede com 1 m de espessura, seria no caso de uma planta quadrangular de 24 m<sup>2</sup>, enquanto que uma construção de planta circular seria de 20,82 m<sup>2</sup>. Se tivermos em atenção a altura da construção, verifica-se facilmente que a diferença é significativa.

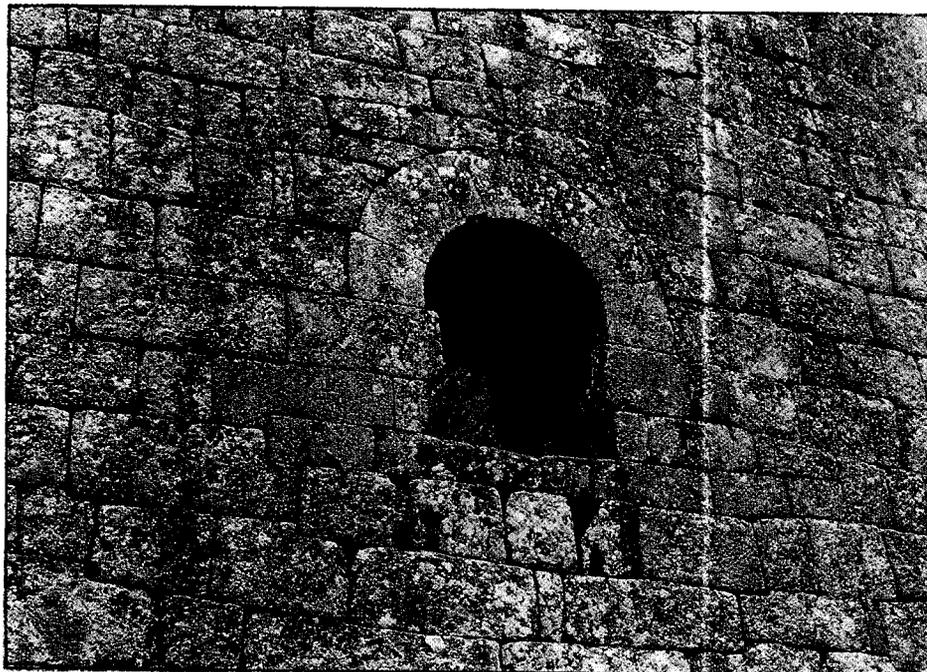
<sup>(136)</sup> Sobre Duarte Darnas e a sua obra máxima, cf. Duarte Darnas, *Livro das Fortalezas*, Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa 1990. Esta recente edição apresenta pela primeira vez a reprodução fac-similada e fiel do manuscrito (a edição de João Barreira suprimira algumas das legendas originais) e é completada com uma valiosa Introdução onde Manuel da Silva Castelo Branco avança com novos e importantes elementos sobre a obra e o seu autor, razão porque é preferível à consulta de João de Almeida, *Reprodução Anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darnas*. Lisboa 1943, ou do estudo de Alfredo Pimenta, *Duarte Darnas e o seu Livro das Fortalezas*. (col. «Estudos Históricas», 22), Lisboa 1944.



Est. 1.1. — Castelo da Feira — Porta da Alcáçova.



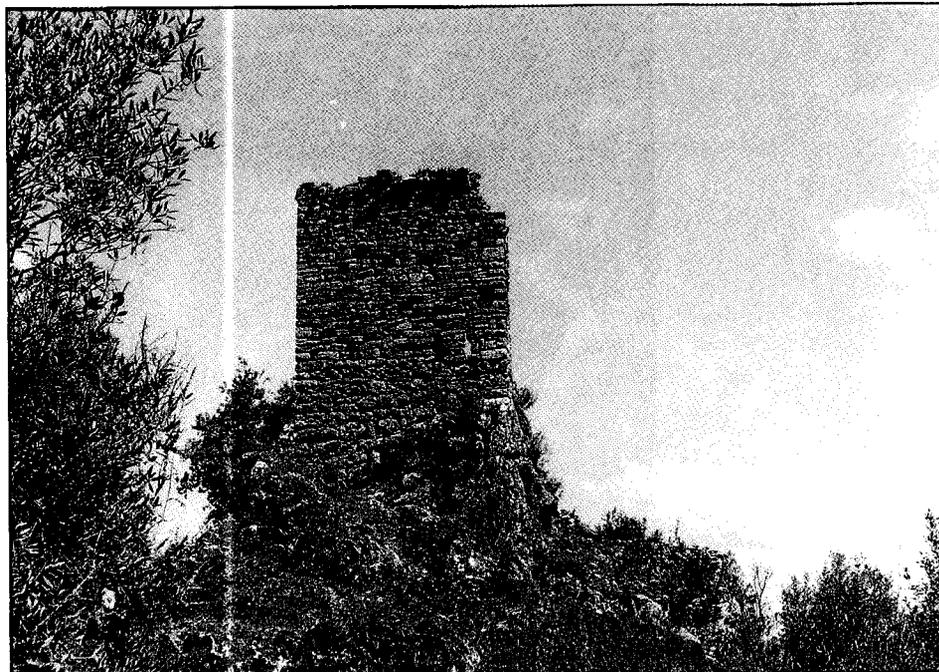
Est. 1.2. — Castelo de Trancoso — Torre Moçárabe.



Est. 2.1. — Castelo de Trancoso — Porta da Torre Moçárabe.



Est. 2.2. — Mota de Hasting (Pormenor da Tapeçaria de Bayeux).



Est. 3.1. — Torre da Bera (Almalaguês, Coimbra).



Est. 3.2. — Castelo de Lamego — Trecho de aparelho Pré-Românico (meados do século XI).



Est. 4.1. — Castelo de S. Martinho de Mouros — Trecho da muralha dos meados ou fins do século XI.



Est. 4.2. — Castelo de S. Martinho de Mouros — Afloramento com entalhes, onde se ergueu a Torre de Menagem.



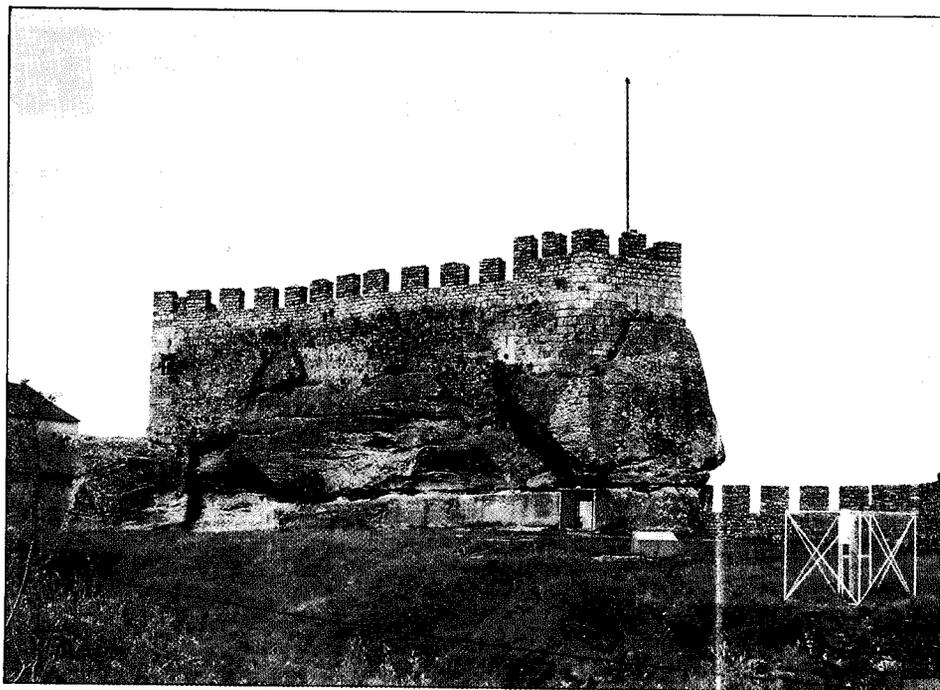
Est. 5.1. — Castelo de S. Martinho de Mouros — Vestígios de *habitat*.



Est. 5.2. — Castelo de Soure — Ajimez da 1.ª Metade do século XI.



Est. 6.1. — Castelo de Soure — Ajimez dos fins do século XI.



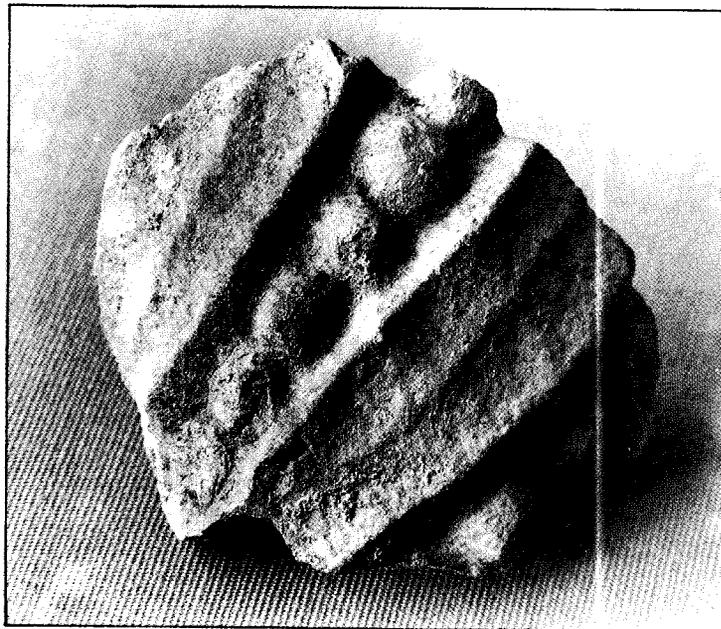
Est. 6.2. — Penela — Castelo de D. Sesnando.



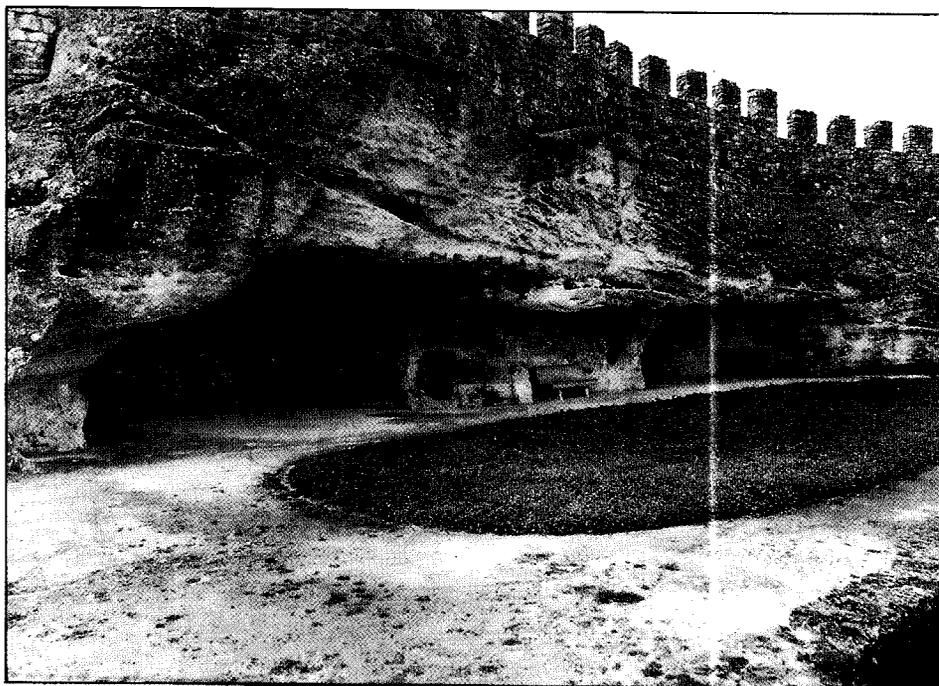
Est. 7.1. — Penela — Castelo de D. Sesnando.



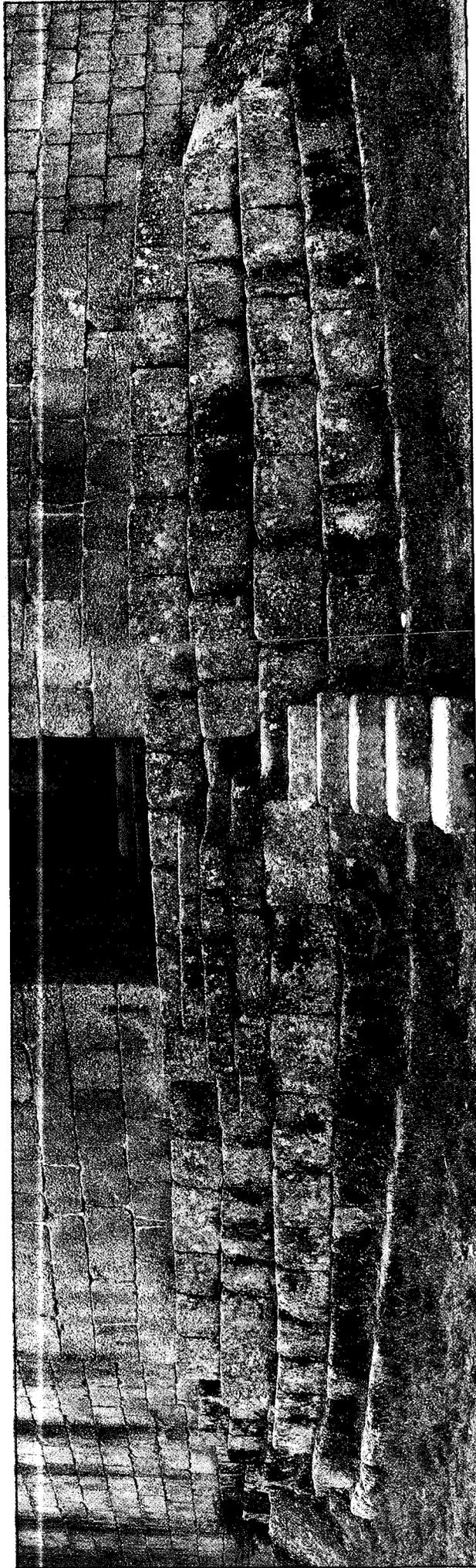
Est. 7.2. — Penela — Vista interior do Castelo de D. Sesnando.



Est. 8.1. — Castelo de Penela — Fragmento de colunelo manuelino.



Est. 8.2. — Penela — *Habitat* do Jardim das Lapas.



Est. 9 — Castelo de Guimarães — Vestígios dos fins do século XI ou inícios do século XII.



Est. 10 — Castelo de Pombal — Torre de Menagem erguida no tempo de D. Gualdim Pais (1171).